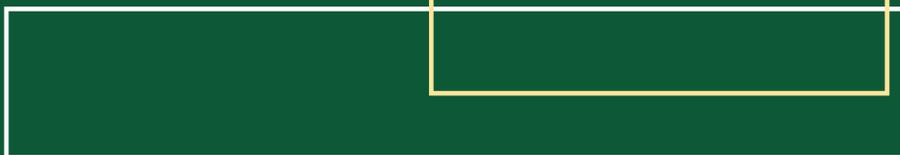
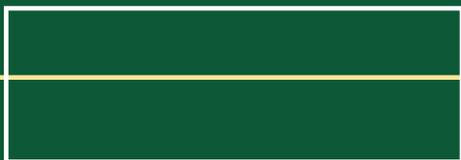




# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2º trimestre  
2025



# COMPOSIÇÃO



## **Conselheiro-Presidente**

Wilber Carlos dos Santos Coimbra

## **Conselheiro Vice-Presidente**

Paulo Curi Neto

## **Conselheiro Corregedor**

Edilson de Sousa Silva

## **Conselheiro-Presidente da 1ª Câmara**

Valdivino Crispim de Souza

## **Conselheiro-Presidente da 2ª Câmara**

Jailson Viana de Almeida

## **Conselheiro Ouvidor**

Francisco Carvalho da Silva

## **Conselheiro-Presidente da Escola Superior de Contas**

José Euler Potyguara Pereira de Mello

## **Conselheiros Substitutos**

Omar Pires Dias

Francisco Júnior Ferreira da Silva

Erivan Oliveira da Silva

## **Procurador-Geral do Ministério Público de Contas**

Miguidônio Inácio Loiola Neto

## **Procurador Corregedor**

Érika Patrícia Saldanha de Oliveira

## **Procuradores do MPC**

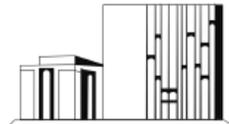
Yvonete Fontinelle de Melo

Adilson Moreira de Medeiros

Ernesto Tavares Victoria

Willian Afonso Pessoa

# SUMÁRIO



<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b>	4
<b>2</b>	<b>GOVERNANÇA</b>	5
	Visão Geral da Organização	6
	Cadeia de Valor	11
	Documentos Estruturantes da Atuação do TCE-RO	12
	Licitações e Contratos	13
<b>3</b>	<b>CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS</b>	17
	Volume de Recursos Fiscalizados	18
	Multas e Responsabilizações	29
	Processos Autuados e Julgados	29
	Programas e Projetos de Tecnologia	32
	Fortalecimento dos Controles	35
<b>4</b>	<b>INDUÇÃO PARA EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	40
	Saúde	41
	Educação	50
	Desenvolvimento Sustentável	58
<b>5</b>	<b>GESTÃO DE PESSOAS</b>	64
	Força de Trabalho	65
	Ações Educacionais	67
<b>6</b>	<b>GESTÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	70
	Receita Orçamentária	71
	Execução LOA - 2025	72
	Limite de Gastos com Pessoal	75

## APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 49, § 4º, da Constituição Estadual, combinado com o artigo 89, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 154, de 1996 (Lei Orgânica), apresento a Vossas Excelências o Relatório de Atividades referente ao 2º Trimestre do exercício de 2025 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO).

Este Tribunal, no exercício das suas atribuições constitucionais de independência e autonomia, buscou detalhar cuidadosamente as informações contidas neste relatório, com o objetivo de demonstrar à Assembleia Legislativa e, por meio desta, à sociedade rondoniense, os resultados de sua atuação.

Com total transparência, o documento retrata a aferição das ações desenvolvidas pelo TCE-RO quanto à correta aplicação dos recursos públicos e ao fortalecimento constante do controle externo, colaborando diretamente para o aprimoramento contínuo das políticas públicas em benefício de toda a população.

Conselheiro **WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA**

Presidente  **TCERO**  
em ação. mais cidadania



# GOVERNANÇA

# Governança

## Visão Geral da Organização

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE-RO é formado por sete Conselheiros e três Conselheiros Substitutos. O Ministério Público de Contas - MPC, instituição fundamental ao funcionamento do Tribunal é composto por seis Procuradores de Contas. Na sequência, tem-se a demonstração da composição e estrutura do funcionamento dessas categorias.

Os Conselheiros Substitutos são nomeados pelo Governador do Estado, mediante concurso público de provas e títulos realizado pelo Tribunal de Contas, entre cidadãos que satisfaçam os mesmos requisitos exigidos para o cargo de Conselheiro do TCE-RO.

Além de participarem dos colegiados, substituem os Conselheiros em suas ausências e impedimentos legais ou em caso de vacância de cargo, podendo ser, ainda, convocados para completar o *quorum* no Plenário ou nas Câmaras, por seus respectivos Presidentes.

Os Conselheiros do TCE-RO, além de comporem o Tribunal Pleno e formarem as Câmaras, ocupam de forma alternada os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Corregedor, Ouvidor, Presidentes de Câmaras e Presidente da Escola Superior de Contas.

Dos sete Conselheiros, três são escolhidos pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa, sendo dois deles alternadamente entre Conselheiros Substitutos e membros do MPC. Os outros quatro cargos são de livre escolha da Assembleia Legislativa, observados os critérios constitucionais e legais.

O Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia, atualmente, compõe-se de um Procurador-Geral e cinco Procuradores, nomeados pelo Governador do Estado, entre brasileiros, bacharéis em Direito, aprovados em concurso público de provas e títulos.

# Governança

## Visão Geral da Organização

O TCE-RO foi instituído em 31 de janeiro de 1983, por meio do Decreto-Lei n. 47 do Poder Executivo Estadual, competindo-lhe as funções de auditoria sobre as contas das unidades administrativas dos poderes estaduais e municipais.

Nossa missão é de assegurar o uso eficiente, transparente e responsável dos recursos públicos, colaborando para que os resultados das políticas públicas beneficiem a sociedade.

Esse universo de atuação do TCE-RO compreende 431 Unidades Jurisdicionadas distribuídas nos poderes, órgãos, autarquias, empresas públicas, de economia mista e fundos.

O TCE-RO tem jurisdição privativa em todo o Estado de Rondônia, abrangendo, entre outros, toda pessoa natural ou jurídica que utilize, arrecade, guarde, gere bens e valores públicos; aqueles que causem perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário; e responsáveis pela aplicação de recursos repassados pelo estado e/ou municípios, mediante convênio ou instrumento congêneres.

**431 Unidades Jurisdicionadas.**  
**132 Estaduais.**  
**299 Municipais.**

**48 Administração Direta.**  
**84 Administração Indireta.**  
**52 Prefeituras.**  
**52 Câmaras Municipais.**  
**195 Autarquias, Fundos, Fundações, Empresas Públicas.**

## Competências

A Constituição Federal de 1988, nos termos dos artigos 70 e 71, confere ao Poder Legislativo a competência de exercer o Controle Externo da Administração Pública, o que implica fiscalizar a boa gestão dos recursos públicos.

De maneira ampla, a competência dos Tribunais de Contas se estende a toda governança e gestão pública. Da definição estratégica a avaliação dos resultados, o controle compreende todos os atos administrativos, de qualquer natureza, e possui amplo espectro, que vai da estrita análise da observância legal à verificação da efetividade das medidas adotadas, avaliando o controle do mérito administrativo – o que abrange, até mesmo, a racionalidade das prioridades e das despesas.

No exercício dessa função, o Poder Legislativo atua com o auxílio do Tribunal de Contas, órgão ao qual se atribui essa função para realizá-la de maneira técnica e independente, na busca pelo bem-estar social.

Cabe, portanto, ao Tribunal de Contas verificar o ciclo de governança e gestão, da definição das diretrizes, avaliação e monitoramento, ao planejamento, execução, controle e avaliação de resultados. É dizer, a fiscalização alcança desde uma simples verificação de conformidade do ato administrativo até a análise do alcance dos objetivos e da eficiência dos meios utilizados para o atingimento dos resultados de interesse público e social.

## Competências

A estrutura organizacional do Tribunal de Contas está dividida em três níveis de funcionamento e competências específicas:

1. Órgãos Colegiados;
2. Órgãos de Direção Superior;
3. Estrutura Executiva da Presidência.

Os órgãos de Direção Superior são estruturas que conduzem a instituição, exercendo as funções de direcionamento, avaliação e monitoramento.

Exercem essas funções o Conselho Superior de Administração (formado pelos sete Conselheiros), a Presidência e a Vice-Presidência, a Corregedoria e a Ouvidoria.

Os órgãos colegiados são estruturas organizacionais com a função de apreciação e julgamento das contas e de atos e fatos da Administração Pública Estadual e Municipal.

O Tribunal Pleno, presidido pelo Presidente do Tribunal de Contas, é integrado por todos os Conselheiros e pelo Procurador-Geral do Ministério Público de Contas - MPC. As Câmaras são compostas por três Conselheiros, um Conselheiro Substituto convocado em caráter permanente e um representante do MPC indicado pelo Procurador-Geral.

A Estrutura Geral da Presidência é composta pelas secretarias e suas unidades operacionais que realizam e fornecem apoio à atividade-fim do TCE-RO.

As grandes secretarias são:

Secretaria-Geral da Presidência-SGP  
Secretaria-Geral de Administração-SGA  
Secretaria-Geral de Controle Externo-SGCE  
Secretaria de Planejamento e Governança-SEPLAG  
Secretaria de Processamento e Julgamento-SPJ  
Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação-SETIC.

# Governança

## Estrutura Organizacional



O diagrama facilita a compreensão do organograma do TCE-RO, de acordo com as macrofunções de governança e gestão.

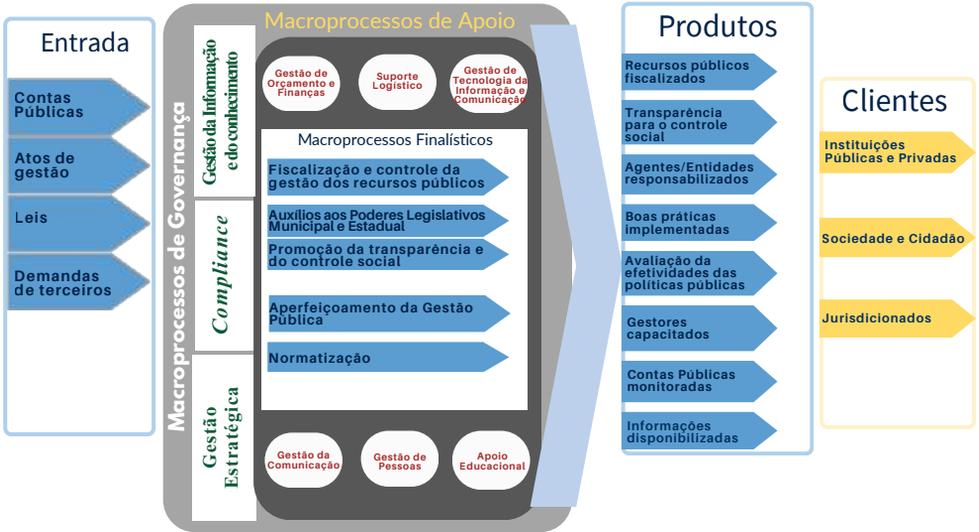
Os órgãos da parte superior exercem as funções de direcionamento, monitoramento e avaliação, enquanto na parte inferior da estrutura estão os órgãos de planejamento, execução e controle dos processos e projetos.

O nível tático da engrenagem exerce funções mistas, ora exercendo papel de direcionamento, ora de execução e controle.

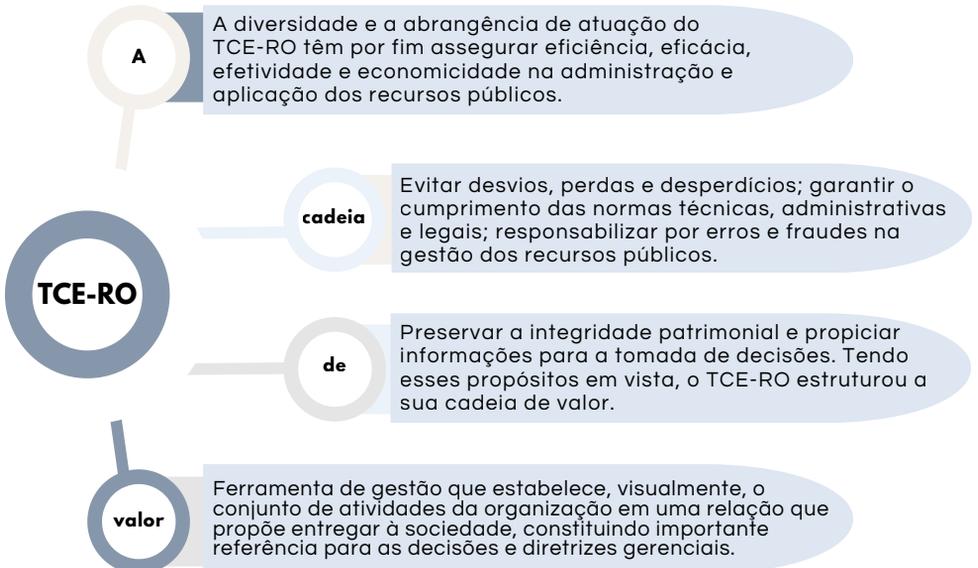
# Governança

## Cadeia de Valor

### Cadeia de Valor - Macroprocessos TCE-RO



Fonte: Comissão Especial para atuar no mapeamento e redesenho de macroprocessos do TCE-RO (Portaria n. 655, de 4 de agosto de 2017).



# Governança

## Documentos Estruturantes da Atuação do TCE-RO



O Plano Estratégico revisado do TCE-RO está disponível para o cidadão no endereço eletrônico ou QR CODE apresentado: <https://tcero.tc.br/2021/09/08/plano-estrategico-2021-2028/>

O plano estratégico é a ferramenta fundamental de orientação às ações institucionais em direção aos seus objetivos de longo prazo. Oferece uma visão abrangente e estruturada das metas, prioridades e estratégias que a organização pretende adotar para alcançar o sucesso, capacitando a organização para antecipar-se aos desafios, identificar oportunidades e adaptar-se de forma eficaz às mudanças, garantindo assim o desenvolvimento contínuo e a sua sustentabilidade. A construção da estratégia organizacional exigiu reflexões internas sobre quem somos e para que existimos como instituição de controle externo.

O Plano de Gestão está hospedado na página oficial deste Tribunal de Contas e pode ser acessado por meio do seguinte endereço eletrônico: [https://tcero.tc.br/plano-de-gestao/#flipbook-df\\_50592/1/](https://tcero.tc.br/plano-de-gestao/#flipbook-df_50592/1/)



Gráfico 1 – Execução das ações do Plano de Gestão 2024-2025.

Os resultados previstos e monitorados do Plano de Gestão, relativos ao segundo trimestre de 2025 demonstram o comprometimento com o progresso dos projetos, metas e ações que estão vetorizados para a busca da eficiência operacional e o alcance dos objetivos institucionais.

**CONSOLIDAÇÃO DAS AÇÕES CONCLUÍDAS**  
**1º TRIMESTRE = 5**  
**2º TRIMESTRE = 10**

Fonte: Secretaria de Planejamento e Governança - SEPLAG.

# Governança

## Licitações e Contratos

Para viabilizar a adequada execução dos diversos projetos e processos, bem como viabilizar a continuidade das atividades do Tribunal, foram realizadas 18 contratações no 2º trimestre de 2025, no valor total de R\$ 672.866,16 (seiscentos e setenta e dois mil, oitocentos e sessenta e seis reais e dezesseis centavos).

Tabela 1: Contratações distribuídas por tipos e valores.

MODALIDADE	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	ECONOMIA GERADA
Dispensa	2	R\$ 26.340,00	R\$ 19.999,98	R\$ 6.340,03
Inexigibilidade	9	R\$ 313.400,00	R\$ 313.400,00	-
Pregões	5	R\$ 628.456,36	R\$ 339.466,18	R\$ 288.990,18
Concorrência	-	-	-	-
Credenciamento	2	-	-	-
<b>TOTAIS</b>	<b>18</b>	<b>R\$ 968.196,36</b>	<b>R\$ 672.866,16</b>	<b>R\$ 295.330,20</b>

Fonte: Secretaria Executiva de Licitação e Contratos - SELIC/SGA.

O processo de licitação das contratações realizadas no período gerou a economia de R\$ 295.330,20 (duzentos e noventa e cinco mil, trezentos e trinta reais e vinte centavos). Considera-se como economia gerada, a diferença entre o valor orçado nas cotações iniciais junto aos fornecedores/prestadores de serviços, em comparação ao realmente contratado após os procedimentos licitatórios.

Gráfico 2 – Contratações distribuídas por quantidade e áreas favorecidas.



Fonte: Secretaria Executiva de Licitação e Contratos - SELIC/SGA.



**18**  
CONTRATAÇÕES  
FINALIZADAS



**R\$ 672.866,16**  
VALORES  
CONTRATADOS

**28%**  
PERCENTUAL DE  
LICITAÇÕES  
REALIZADAS DO  
PREVISTO PARA  
O TRIMESTRE

**61%**  
PERCENTUAL DE  
CONTRATAÇÕES  
DIRETAS

ÁREA MAIS  
BENEFICIADA



**ESCON**



## Licitações e Contratos

Entre as contratações realizadas no período, destacam-se as de maior relevância, seja por questão estratégica (Plano Estratégico 2021-2028, revisão 24-28) ou por sua representação financeira frente ao orçamento do TCE-RO e ao Plano Anual de Contratação - PAC 2025.

Tabela 2: Contratações mais relevantes no trimestre.

OBJETO E DEMANDANTE	VALOR	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
<p>Item 23 do PAC 2025</p> <p>Contratação de empresa para a fabricação, fornecimento e instalação de mobiliário planejado, bem como itens de decoração e paisagismo para o Anexo III</p> <p>SEINFRA</p>	<p>R\$ 42.023,00</p>	<p>Relação com o Plano de Gestão: Conclusão da reforma do Anexo III</p> <p>Relação com o Planejamento Estratégico vigente: Eixo B - 4) Atrair e manter servidores comprometidos, qualificados e produtivos em um ambiente laboral saudável, para assegurar a excelência nos serviços públicos</p>
<p>Item 17 do PAC 2025</p> <p>Contratação de empresa especializada na organização e execução do evento "Dia da Família no TCE-RO 2025"</p> <p>SEGESP</p>	<p>R\$ 121.595,66</p>	<p>Relação com o Programa Sinergia TCE</p> <p>Relação com o Planejamento Estratégico vigente: Eixo B - 4) Atrair e manter servidores comprometidos, qualificados e produtivos em um ambiente laboral saudável, para assegurar a excelência nos serviços públicos</p>
<p>Item 13 do PAC 2025</p> <p>Fórum Nacional "A Interseção entre Pessoas, Tecnologia e a Governança Pública"</p> <p>ESCON</p>	<p>R\$ 291.500,00</p>	<p>Relação com o Planejamento Estratégico vigente: Eixo B - 4) Atrair e manter servidores comprometidos, qualificados e produtivos em um ambiente laboral saudável, para assegurar a excelência nos serviços públicos</p>

Fonte: Secretaria Executiva de Licitação e Contratos - SELIC/SGA.

# Governança

## Investimento em Infraestrutura e Manutenção

O valor total de R\$ 1.266.928,43 (um milhão, duzentos e sessenta e seis mil, novecentos e vinte e oito reais e quarenta e três centavos) corresponde às despesas do trimestre, distribuídas da seguinte forma:

**Despesas Correntes:** incluem a prestação de serviços do contrato de Facilities para manutenção predial, mão de obra, serviços especializados, serviços diversos e materiais (despesas operacionais);

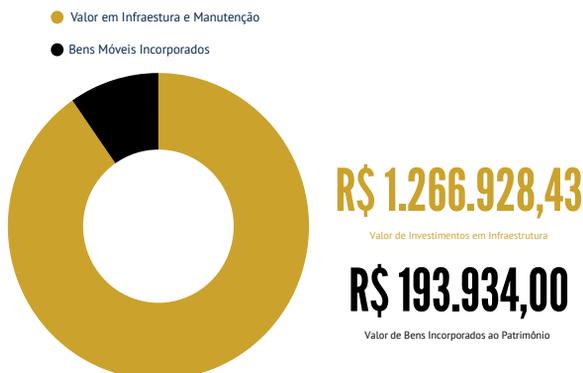
**Despesas de Capital:** referem-se à reforma do Edifício Anexo III.

Fornecimento de prestação de serviços de consultoria e projetos acústicos e de sonorização para as instalações do plenário e do auditório do TCE-RO.

Prestação de serviço de empresa especializada para a elaboração e fornecimento de projeto executivo para a modernização de sistema de climatização para o Edf. Anexo I.

Quanto ao total de bens móveis incorporados ao patrimônio do TCE-RO, perfaz o montante de R\$ 193.934,00 (cento e noventa e três mil e novecentos e trinta e quatro reais).

Gráfico 3 – Despesas em infraestrutura e bens incorporados.



## Comunicação e Divulgação Institucional

### NÚMEROS



Mais de  
**5 milhões**  
de pessoas impactadas

Mais de **5 milhões de brasileiros** leram, ouviram ou assistiram algum conteúdo informativo sobre o TCE-RO em Rondônia e diversas partes do Brasil.

Mais de  
**400** matérias  
jornalísticas

No segundo trimestre de 2025, mais de **400 matérias** sobre o TCE-RO e MPC-RO foram publicadas no portal eletrônico e intranet das instituições, reforçando a relevância de suas ações e iniciativas.



Quase  
**2,5 milhões**  
de visualizações nas  
redes sociais

Os conteúdos compartilhados pelo TCE-RO nas redes sociais alcançaram mais **2 milhões de visualizações** nos meses de abril, maio e junho. A transformação total da linguagem possibilitou conexão com diversos públicos.

Exposição na imprensa  
com valor equivalente a  
**R\$ 1.050.677,99**

As ações de relacionamento com a imprensa resultaram em uma cobertura espontânea avaliada em mais de **1 milhão de reais** no segundo trimestre de 2025. Ou seja: sem a atuação da comunicação institucional, o TCE-RO teria que investir esse valor para alcançar a mesma visibilidade.



**5** campanhas de  
comunicação

O TCE-RO promoveu **5 campanhas de comunicação** no segundo trimestre de 2025, com temas relevantes tanto para a instituição, quanto para a sociedade. Algumas dessas produções também proporcionaram maior visibilidade aos servidores, fundamentais para o cumprimento da missão institucional.

Mais de  
**400** peças  
gráficas

Durante os meses de abril, maio e junho foram desenvolvidas mais de **400 peças gráficas** para apoiar campanhas, eventos e iniciativas institucionais.



# **CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS**

# Controle Externo Orientado por Dados

## Volume de Recursos Fiscalizados

No segundo trimestre de 2025 foram fiscalizados R\$ 2.893.005.928,99 (dois bilhões, oitocentos e noventa e três milhões, cinco mil, novecentos e vinte e oito reais e noventa e nove centavos), por meio de suas ações típicas de controle.

*Recursos  
Fiscalizados*  
**R\$ 2.893.005.928,99**

O gráfico 4 demonstra o volume de recursos fiscalizados em cada ação de controle, detalhadas na sequência.

Gráfico 4 – Valores fiscalizados por ação de controle.

Análise de contratações	Auditorias e Inspeções	Análise de atos de pessoal	Análise e levantamento de informações
R\$ 817.627.354,26	R\$ 1.174.747.444,38	R\$ 57.113.831,21	R\$ 843.517.299,14

Fonte: Assessoria Técnica da Secretaria-Geral de Controle Externo - ASTEC/SGCE.

## Análise de Contratações

Durante a análise de atos de contratações, verificaram-se diversos contratos públicos, abrangendo o valor de R\$ 817.627.354,26 (oitocentos e dezessete milhões, seiscentos e vinte e sete mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e vinte e seis centavos).

As áreas que tiveram contratos analisados foram administração, agricultura, educação, infraestrutura e saúde, em sentido amplo.

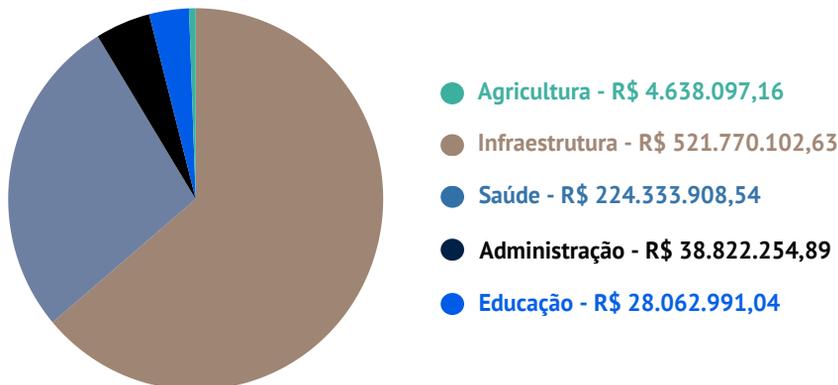
O gráfico 5 demonstra os valores fiscalizados em cada área.

*Recursos  
Fiscalizados nas  
Contratações*  
**R\$ 817.627.354,26**

# Controle Externo Orientado por Dados

## Análise de Contratações

Gráfico 5 – Valores fiscalizados por área.



Fonte: Assessoria Técnica da Secretaria-Geral de Controle Externo - ASTEC/SGCE.

## Auditorias e Inspeções

A atividade de controle de maior abrangência exercida pelo Tribunal de Contas é a fiscalização dos recursos envolvidos na Administração Pública, que ocorre por meio da análise de processos em auditorias e inspeções.

Neste segundo trimestre foram finalizados 114 processos, totalizando R\$ 2.018.264.743,52 (dois bilhões, dezoito milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, setecentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos) em recursos fiscalizados somente no período em análise.

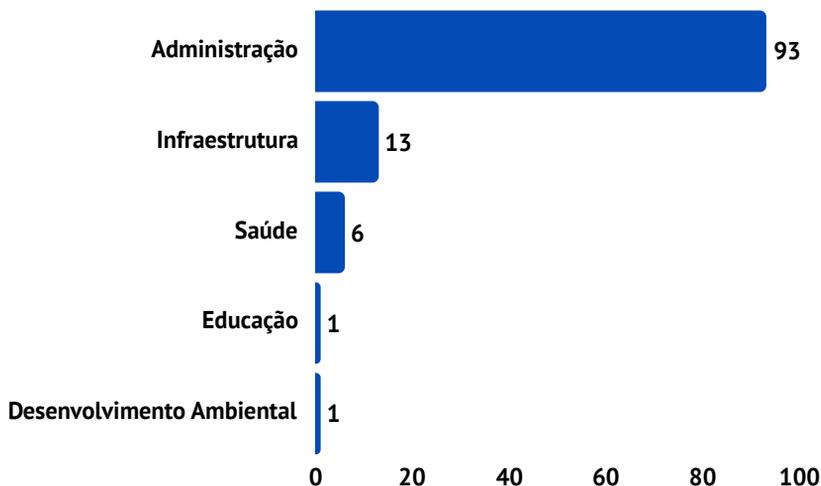
*Recursos  
Fiscalizados nos  
114 Processos de  
Auditorias e  
Inspeções  
R\$ 2.018.264.743,52*

# Controle Externo Orientado por Dados

## Auditorias e Inspeções

### QUANTIDADE DE AUDITORIAS E INSPEÇÕES POR ÁREA

Gráfico 6 – Distribuição das auditorias e inspeções por área.



Fonte: Assessoria Técnica da Secretaria-Geral de Controle Externo - ASTEC/SGCE.

### TIPO DE AÇÃO DE CONTROLE

Gráfico 7 – Distribuição das auditorias e inspeções por tipo.



Fonte: Assessoria Técnica da Secretaria-Geral de Controle Externo - ASTEC/SGCE.

# Controle Externo Orientado por Dados

## Análise de Atos de Pessoal

Quanto a análise de Atos de Pessoal, verificou-se a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma, reserva remunerada e pensão, fiscalizando igualmente a legalidade as despesas efetuadas com o pagamento de pessoal, inclusive sua adequação às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

*Recursos  
Fiscalizados nos  
Atos de Pessoal  
R\$ 57.113.831,21*

Vale ressaltar que, após a entrada em vigor da Instrução Normativa n. 71/2020/TCE-RO, no exame de processos relativos a atos de aposentadoria e pensão está sendo adotado o exame sumário, quando verificados os preenchimentos dos requisitos estabelecidos em portaria.

O volume de recursos apreciados nessa modalidade alcançou o montante de R\$ 57.113.831,21 (cinquenta e sete mil, cento e treze reais, oitocentos e trinta e um reais e vinte e um centavos).

## Outros Benefícios

Além dos benefícios gerados, a partir das atividades típicas de controle (fiscalização, análise de atos de pessoal e análise de contratos), outras ações foram desenvolvidas com o propósito de melhorar os processos de gestão e governança pública com o foco em resultados.

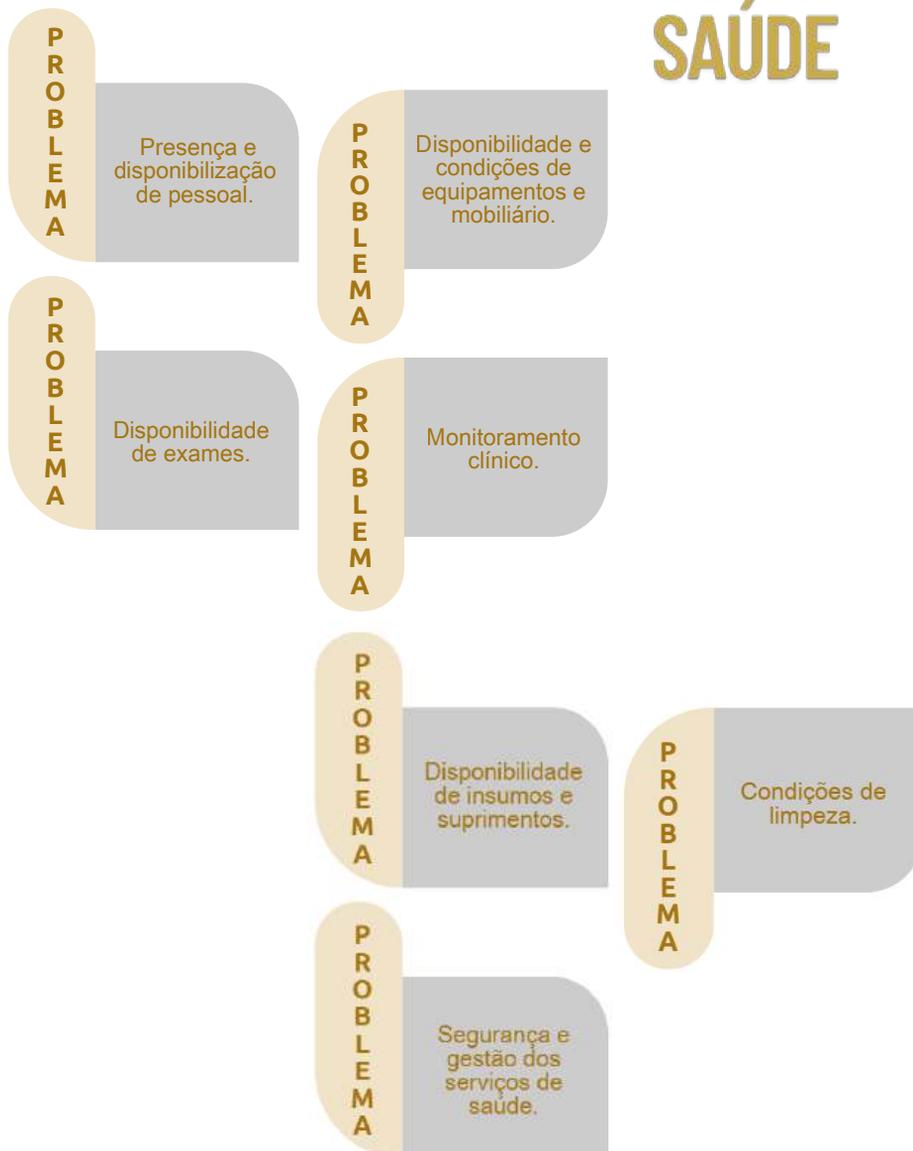
Na sequência serão apresentados, de forma resumida, os principais benefícios efetivos e potenciais gerados pela atuação do TCE-RO.

São ações adotadas para fazer frente aos problemas públicos relevantes, visando a entrega de benefícios para as políticas públicas, conforme apresentado a seguir.

# Controle Externo Orientado por Dados

## RELAÇÃO DAS AÇÕES COM ENTREGA DE BENEFÍCIOS

área  
**SAÚDE**



# Controle Externo Orientado por Dados

## RELAÇÃO DAS AÇÕES COM ENTREGA DE BENEFÍCIOS

### área SAÚDE

**B  
E  
N  
E  
F  
Í  
C  
I  
O**

Garantir a presença adequada de profissionais de saúde nas unidades de atendimento, assegurando que a população tenha acesso a cuidados médicos quando necessário.

**B  
E  
N  
E  
F  
Í  
C  
I  
O**

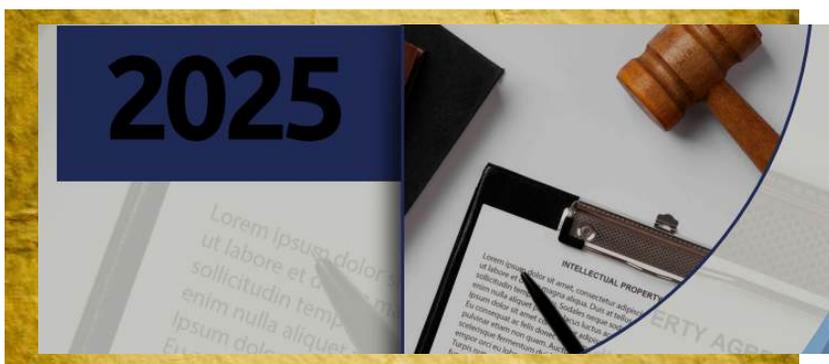
Assegurar que os medicamentos sejam armazenados corretamente e fornecidos conforme a necessidade, prevenindo problemas de escassez e garantindo a eficácia dos tratamentos.

**B  
E  
N  
E  
F  
Í  
C  
I  
O**

Garantir que exames médicos estejam disponíveis e sejam realizados de maneira oportuna, conforme a urgência de cada caso, facilitando diagnósticos precisos e tratamentos adequados.

**B  
E  
N  
E  
F  
Í  
C  
I  
O**

Avaliar e assegurar que o atendimento prestado pelos profissionais de saúde seja de alta qualidade, proporcionando um cuidado mais eficiente e humanizado para os pacientes.



# Controle Externo Orientado por Dados

## RELAÇÃO DAS AÇÕES COM ENTREGA DE BENEFÍCIOS

área

## ADMINISTRAÇÃO

**P  
R  
O  
B  
L  
E  
M  
A**

Necessidade de avaliar a aplicação de recursos em termos dos balanços gerais dos municipais, decorrente do dever de prestar contas dos gestores municipais.

**B  
E  
N  
E  
F  
Í  
C  
I  
O**

Promover a transparência e o controle social, ao garantir que os recursos públicos sejam corretamente aplicados e prestados contas à sociedade.

**B  
E  
N  
E  
F  
Í  
C  
I  
O**

Evitar desperdícios, desvios e irregularidades, por meio da identificação de falhas, omissões e inconformidades na gestão pública.

**B  
E  
N  
E  
F  
Í  
C  
I  
O**

Fortalecer a responsabilidade fiscal, estimulando o cumprimento das normas legais e a correta execução orçamentária e financeira.

**B  
E  
N  
E  
F  
Í  
C  
I  
O**

Aperfeiçoar a governança pública ao orientar gestores sobre as boas práticas, corrigir rumos e fomentar a melhoria contínua da administração.

**B  
E  
N  
E  
F  
Í  
C  
I  
O**

Subsidiar a atuação dos legislativos municipais, oferecendo embasamento técnico para julgamento das contas dos prefeitos e demais ordenadores de despesa.

**B  
E  
N  
E  
F  
Í  
C  
I  
O**

Contribuir para a melhoria dos serviços públicos, ao assegurar que os recursos sejam aplicados com eficiência, eficácia e economicidade.

# Controle Externo Orientado por Dados

RELAÇÃO DAS AÇÕES COM ENTREGA DE BENEFÍCIOS

área

## ADMINISTRAÇÃO

PROBLEMA

Verificar a regularidade das contratações públicas.

BENEFÍCIO

Otimizar e fortalecer os controles de procedimentos para aquisição de materiais.

BENEFÍCIO

Melhorar e aperfeiçoar os procedimentos de gestão administrativa e operacional.

BENEFÍCIO

Aprimorar e desenvolver o sistema de controles internos da organização.

BENEFÍCIO

Adotar boas práticas na Administração Pública, induzindo-as.

BENEFÍCIO

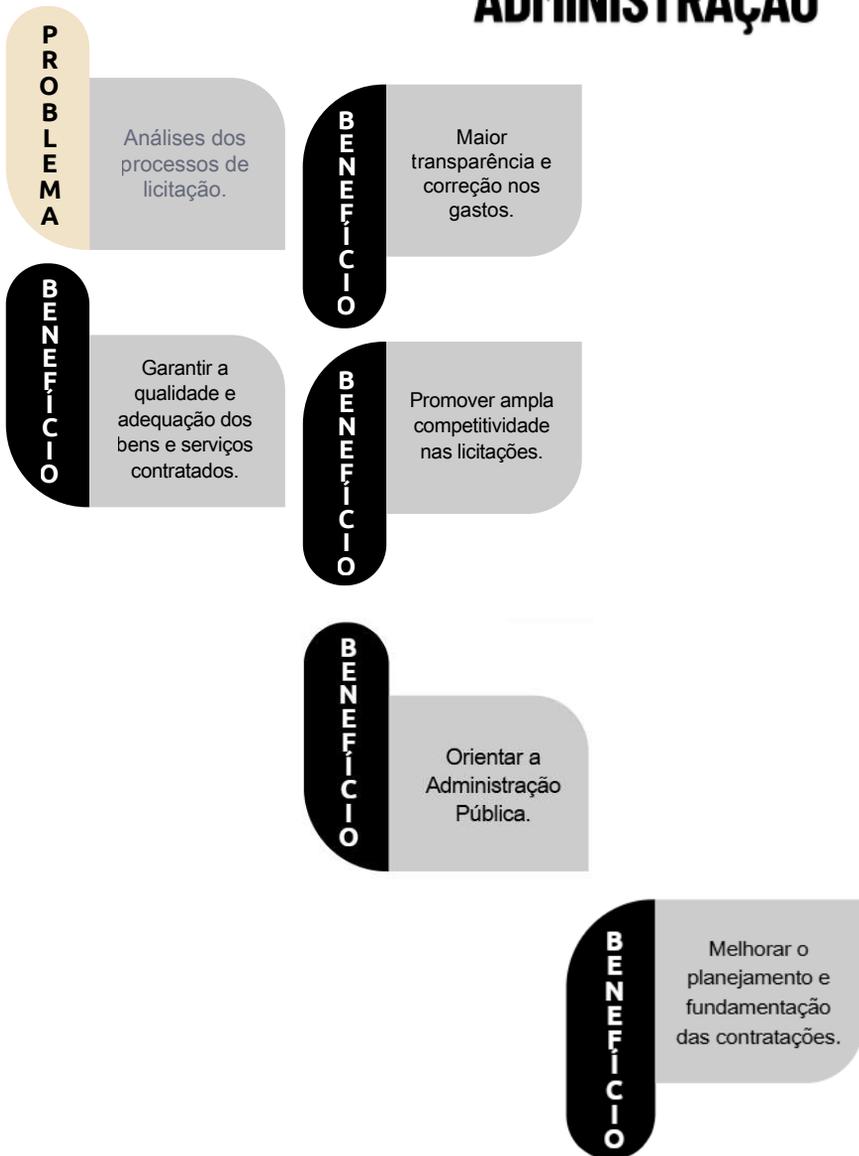
Adotar procedimentos em conformidade com os princípios economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

# Controle Externo Orientado por Dados

RELAÇÃO DAS AÇÕES COM ENTREGA DE BENEFÍCIOS

área

## ADMINISTRAÇÃO



# Controle Externo Orientado por Dados

RELAÇÃO DAS AÇÕES COM ENTREGA DE BENEFÍCIOS

área

## ADMINISTRAÇÃO

**P  
R  
O  
B  
L  
E  
M  
A**

Administração  
Tributária  
Municipal (ATM).

**B  
E  
N  
E  
F  
Í  
C  
I  
O**

Aumentar a arrecadação tributária por meio da modernização da legislação, organização funcional e qualificação das equipes.

**B  
E  
N  
E  
F  
Í  
C  
I  
O**

Estruturar rotinas de cobrança e fiscalização, promovendo maior controle sobre o crédito tributário.

**B  
E  
N  
E  
F  
Í  
C  
I  
O**

Informatizar os processos administrativos e atualizar os cadastros, reduzindo falhas operacionais e promovendo eficiência.

**B  
E  
N  
E  
F  
Í  
C  
I  
O**

Fortalecer a autonomia financeira dos municípios, diminuindo a dependência de transferências externas.

**B  
E  
N  
E  
F  
Í  
C  
I  
O**

Estabelecer metas de arrecadação e planejamento estratégico, orientando as ações da administração tributária.

**B  
E  
N  
E  
F  
Í  
C  
I  
O**

Reduzir a evasão fiscal e a insegurança jurídica com normas claras e atuação fiscal mais efetiva.

# Controle Externo Orientado por Dados

## RELAÇÃO DAS AÇÕES COM ENTREGA DE BENEFÍCIOS

área

## ADMINISTRAÇÃO

**P  
R  
O  
B  
L  
E  
M  
A**

Os repasses mensais dos duodécimos destinados ao Tribunal de Justiça, à Assembleia Legislativa, ao TCE-RO, ao Ministério Público e à Defensoria Pública do Estado de Rondônia, encontram-se dentro dos percentuais estabelecidos na LDO estadual.

**B  
E  
N  
E  
F  
Í  
C  
I  
O**

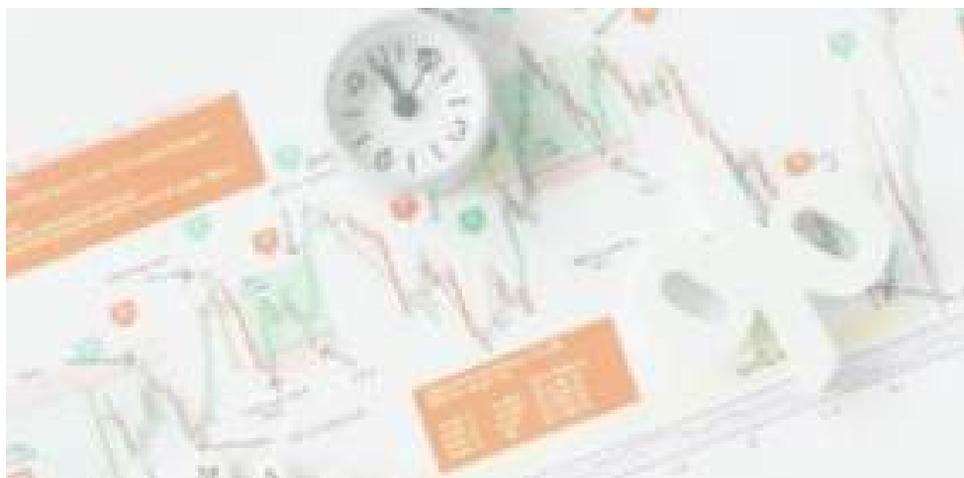
Garantir a autonomia administrativa e financeira aos poderes e órgão autônomos.

**B  
E  
N  
E  
F  
Í  
C  
I  
O**

Aperfeiçoar a gestão de riscos e de controles internos.

**B  
E  
N  
E  
F  
Í  
C  
I  
O**

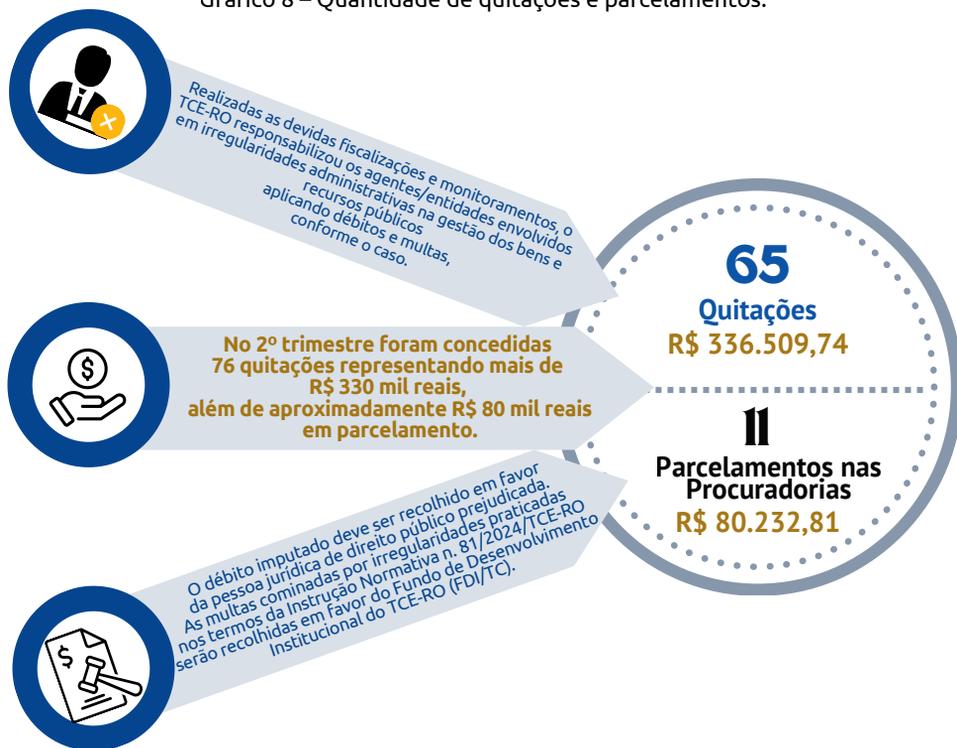
Aumentar a transparência da gestão.



# Controle Externo Orientado por Dados

## Multas e Responsabilizações

Gráfico 8 – Quantidade de quitações e parcelamentos.



Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento - SPJ.

## Processos Autuados e Julgados

Processos Autuados **1271**

Processos Julgados\* **1222**

Neste trimestre foram autuados 1271 processos e julgados 1222.

O TCE-RO busca eficiência e celeridade no julgamento de seus processos e redução dos estoques.

Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento - SPJ.

Nota (\*): O quantitativo de processos julgados corresponde a soma de (processos apreciados/julgados não incluídos os apensos), informada pela Secretaria de Processamento e Julgamento - SPJ com a quantidade de decisões monocráticas dispostas no sistema PC-e no período.

# Controle Externo Orientado por Dados

## Deliberações

As decisões são proferidas monocraticamente pelos Conselheiros ou de forma colegiada pelo Conselho Superior de Administração - CSA, Tribunal Pleno ou ainda pelas Câmaras.

No período foram emitidas **432** deliberações de maneira colegiada.

Ao lado tem-se a demonstração dos números por tipo de deliberação.

Números de decisões colegiadas.



418

Acórdãos



2

Instruções Normativas



8

Resoluções

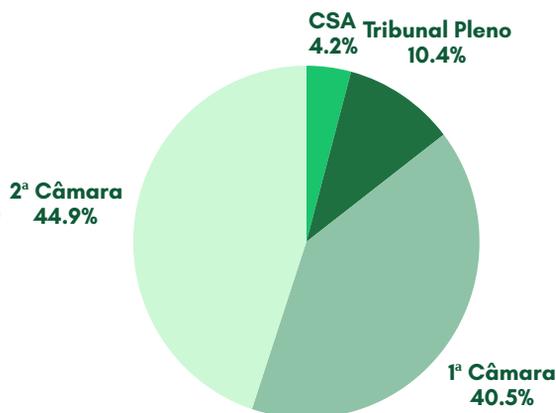


4

Pareceres Prévios

Dessas deliberações colegiadas 40.5% foram proferidas pela 1ª Câmara, 44.9% pela 2ª Câmara, 10.4% pelo Tribunal Pleno e 4.2% pelo Conselho Superior de Administração. O gráfico seguinte demonstra essa distribuição.

Gráfico 9 – Percentuais de decisões no trimestre.



Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento - SPJ.

# Controle Externo Orientado por Dados

## Deliberações

Além das decisões colegiadas já destacadas, também são proferidas decisões monocraticamente pelos Conselheiros.

### 3



**Decisões Monocráticas**

que preveniram despesas potencialmente irregulares.



**R\$ 15.068.250,40**

Montante dos valores examinados por meio das Decisões Monocráticas.

O TCE-RO, como atividade precípua, monitora, aprecia e julga as contas públicas, avaliando se os recursos foram aplicados corretamente. No trimestre, o Tribunal julgou **10 processos de prestação de contas e tomada de contas de forma definitiva**, conforme o apresentado no gráfico ao lado.

Gráfico 10 – Quantidade de prestação de contas e tomada de contas julgadas no trimestre.



Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento - SPJ.

Ainda no período, o TCE-RO apreciou dois processos de prestação de contas,

tendo sido proferido um parecer prévio favorável e um parecer prévio contrário.



# Controle Externo Orientado por Dados

## Programas e Projetos de Tecnologia da Informação

No segundo trimestre de 2025 esforços foram direcionados para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Gestão 2025/2026, por meio de entregas de soluções tecnológicas.

As ações desenvolvidas envolveram melhorias em serviços já existentes, fortalecimento da infraestrutura tecnológica e avanços na segurança da informação.

Além de consolidar a importância de investir em tecnologia para promover um ambiente organizacional dinâmico e alinhado aos padrões modernos de governança pública e inovação tecnológica.

Essas entregas visam modernizar processos, aumentar a eficiência operacional, promover a transparência e fortalecer a atuação do Controle Externo Orientado por Dados - CEOD.

## PRINCIPAIS ENTREGAS NO PERÍODO

### CONTAÍ CONTAÍ

Ferramenta que usa inteligência artificial para entender contextos, responder perguntas, fornecer informações, gerar texto novo e ajudar em uma variedade de tarefas, baseadas em linguagem a partir de dados próprios do TCE-RO.

#### Produto:

Nova versão do ContAI – aperfeiçoamento da estabilidade e desempenho.

#### Detalhamento da entrega:

Atividades de levantamento de requisitos iniciais, desenvolvimento, implantação, testes e validação dos usuários, além de ajustes para a implantação em produção.

### SIS - TCE SIS-TCE

Sistema para cadastro, controle da instauração e gerenciamento das Tomadas de Contas Especiais.

#### Produto:

Avaliação, elaboração assistida de relatório técnico inicial no sistema.

#### Detalhamento da entrega:

Atividades de levantamento de requisitos iniciais, desenvolvimento, testes e validação dos usuários, além de ajustes para implantação em produção.

# Controle Externo Orientado por Dados

## Programas e Projetos de Tecnologia da Informação

### PRINCIPAIS ENTREGAS NO PERÍODO

#### PORTAL DO CIDADÃO

Ferramenta que usa inteligência artificial para entender contextos, responder perguntas, fornecer informações, gerar texto novo e ajudar em uma variedade de tarefas, baseadas em linguagem a partir de dados próprios do TCE-RO.

**Produto:**

Implementação de fluxo e funcionalidade de cadastro e controle centralizado de gestores de unidade nos sistemas Sigap, PC-e e outros.

**Detalhamento da entrega:**

Atividades de levantamento de requisitos iniciais, desenvolvimento, testes e validação com usuários, além de ajustes para implantação em produção.

#### RADAR CONTROLE

Plataforma criada para a consolidação de informações sobre as remessas enviadas pelos jurisdicionados, que possibilita aos usuários a identificação de possíveis irregularidades no dever de prestar contas, viabilizando a utilização de dados para a melhoria das atividades de fiscalização por parte do controle externo.

**Produto:**

Ambiente de Prestação de Contas - detalhamento das remessas, status, pontos de controle, inconsistências e indicadores.

**Detalhamento da entrega:**

Atividades de elaboração do protótipo, desenvolvimento, testes, validação dos usuários e ajustes para implantação em produção.

#### SIGAP INTEGRADOR

Sistema Integrado de Auditoria Pública que permite ao TCE-RO a realização de fiscalização, controle e recebimento dos dados e informações relativos às operações administrativas, orçamentárias, financeiras, patrimoniais e fiscais dos órgãos jurisdicionados.

**Produto:**

Emissão de recibo após a geração de demonstrativos e validação do gestor.

**Detalhamento da entrega:**

Atividades de levantamento de requisitos iniciais, desenvolvimento da alteração do fluxo de recepção de dados de 2025, desenvolvimento da emissão do recibo após a geração dos demonstrativos, testes e validação com usuários, além de ajustes para implantação em produção.

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC.

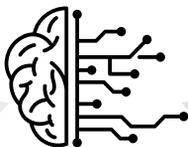
# Controle Externo Orientado por Dados

## Investimento em TI

Investir em TI é essencial para garantir que a organização mantenha sua modernização e rendimento operacional. A destinação de recursos financeiros apropriados permite a manutenção contínua e a atualização do parque tecnológico, assegurando que os equipamentos e sistemas estejam em conformidade com os mais recentes padrões de segurança e inovação.

Esse fato não só melhora a performance e a confiabilidade dos serviços prestados, reduzindo riscos de falhas e vulnerabilidades, mas também contribui para a continuidade dos negócios e para a realização do que se espera.

**INVESTIR EM TI É ESSENCIAL  
PARA GARANTIR QUE A  
ORGANIZAÇÃO  
MANTENHA SUA MODERNIZAÇÃO  
E RENDIMENTO OPERACIONAL.**



A destinação de recursos financeiros apropriados permite a manutenção contínua e a atualização do parque tecnológico, assegurando que os equipamentos e sistemas estejam em conformidade com os mais recentes padrões de segurança e inovação.

São fundamentais para sustentar serviços críticos que dependem de tecnologia para operar de forma eficiente e impactam diretamente na capacidade da instituição de realizar suas funções com precisão e eficiência.

Tudo isso é determinante para cumprir as diretrizes estabelecidas no Plano de Gestão 2024/2025 do TCE-RO, garantindo o alcance de objetivos, como fortalecer mecanismos de integridade. Os recursos não são apenas para sustentar operações diárias, mas também para a preparação dos desafios futuros e adaptar-se às mudanças tecnológicas, assegurando a excelência na execução de suas atividades, tanto finalísticas quanto operacionais.

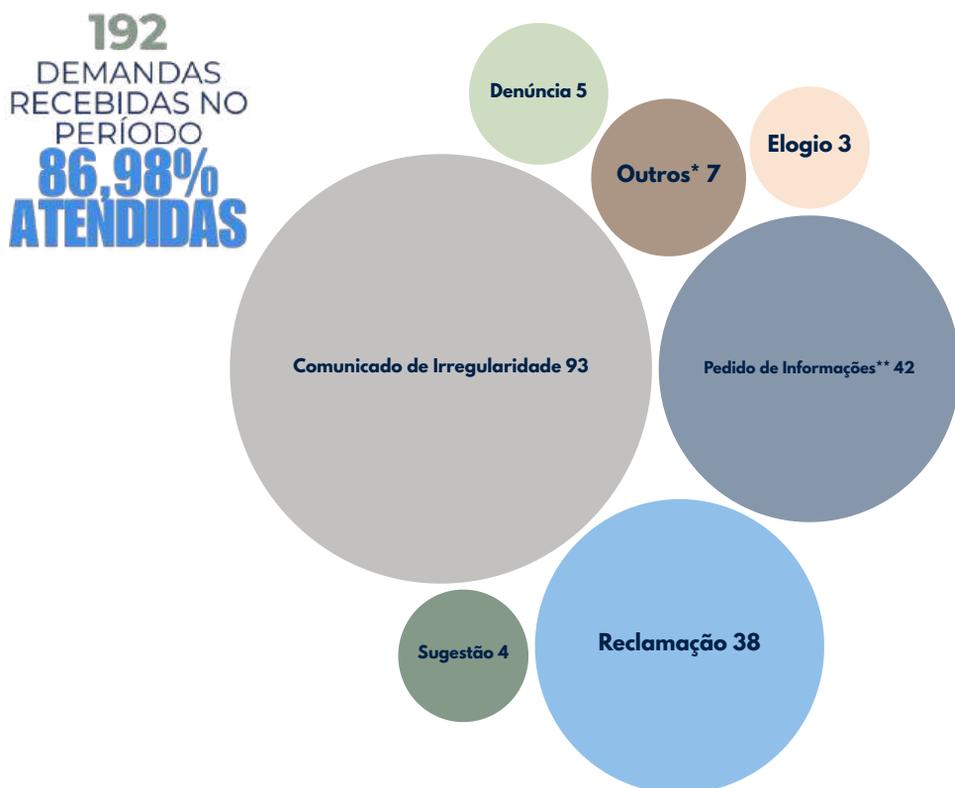
# Controle Externo Orientado por Dados

## Fortalecimento dos Controles

### OUVIDORIA

A Ouvidoria do TCE-RO fomenta o controle social e com base na Lei n. 12.527/2011, integra o cidadão à Administração Pública, recebendo pedidos de informação ou comunicados de irregularidades referentes à gestão de recursos públicos por meio do Sistema de Informação ao Cidadão e Ouvidoria - SICOUV.

Gráfico 11 – Quantidade de manifestações recebidas.



Fonte: Sistema de Informação ao Cidadão e Ouvidoria - SICOUV.

Notas (\*): Manifestações sobre matérias que não são da competência do TCE-RO ou assuntos que ensejam mero procedimento.

(\*\*): Manifestações não fundamentadas na Lei n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

# Controle Externo Orientado por Dados

## Fortalecimento dos Controles

### OUVIDORIA

No âmbito da Ouvidoria há dois tipos de Pedidos de Informações:



**PEDIDOS DE INFORMAÇÕES**  
que compreendem as demandas, sem limitação de temática, que não têm a necessidade de fundamentação legal específica para o seu requerimento. Com o prazo para a finalização de atendimento em até 30 dias.



**PEDIDOS DE INFORMAÇÕES**  
que compreendem as solicitações de acesso de informações fundamentadas na Lei n.12.527/2011, produzidas ou custodiadas pelo órgão, relacionadas com o seu funcionamento.

Na tabela a seguir, estão detalhados os pedidos de informações fundamentados na Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527, de 2011) recebidos no período, por meio do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, via Sistema de Acesso à Informação (site TCE-RO) e por e-mail (i.sic@tce.ro.gov.br):

Tabela 3: Solicitações recebidas, atendidas, indeferidas e em atendimento.

Unidades responsáveis pela resposta	Recebidas	Atendidas	Indeferidas	Em atendimento
GOUV* 57,14% (8)				
OUTROS SETORES 42,86% (6)	14	14	0	0

Fonte: Sistema de Informação ao Cidadão e Ouvidoria - SICOUV.

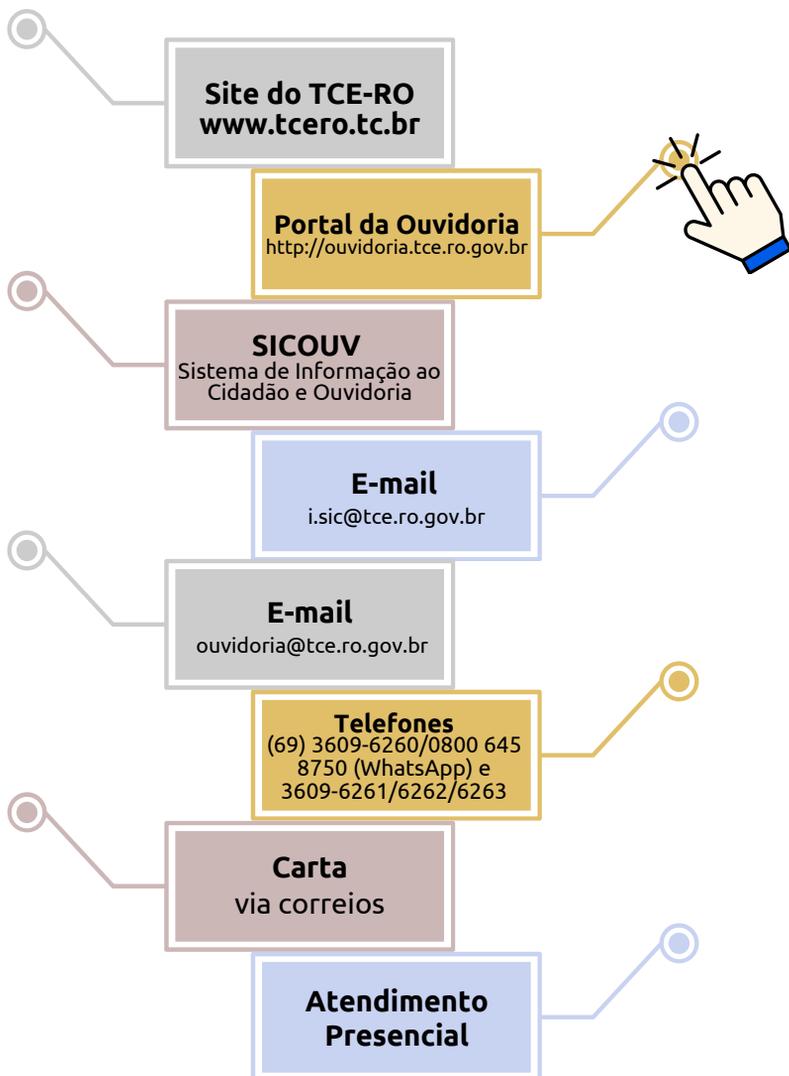
Nota: GOUV\* - Gabinete da Ouvidoria.

# Controle Externo Orientado por Dados

## Fortalecimento dos Controles

### OUVIDORIA

Para a consecução de seu propósito, a Ouvidoria disponibiliza à sociedade os seguintes canais de acesso:



# Controle Externo Orientado por Dados

## Fortalecimento dos Controles



# SISTEMA DE INTEGRIDADE E GESTÃO DE RISCOS

ações

2º TRIMESTRE 2025

### ➤ Fortalecimento do sistema (continuidade)

Encontros de mentorias voltados para a estratégia de implantação do sistema (eixo VIII - em 9/4/2025, eixo IX - em 12/5/2025 e eixo X - em 2/6/2025).

### ➤ Início das atividades do canal de relatos e instâncias de integridade

Entrega formal do Canal de Relatos de Integridade (disponibilizado em 9/6/2025);

Unidade de Gestão de Integridade - UGI (instância executiva, responsável pela operacionalização de ações como capacitações, comunicação institucional, tratamento de relatos, análise de riscos e condução do procedimento de Due Diligence de Integridade);

Comitê de Ética e Gestão de Riscos (instância normatizadora, consultiva e orientadora);

Início da fase piloto do procedimento Due Diligence de Integridade - DDI (avalia o grau de risco ético de terceiros contratados pela Administração, promovendo maior segurança nas contratações públicas).

# Controle Externo Orientado por Dados

## Fortalecimento dos Controles



# SISTEMA DE INTEGRIDADE E GESTÃO DE RISCOS

ações

2º TRIMESTRE 2025

### ➤ Iniciativa para o enfrentamento ao assédio e discriminação no TCE-RO

Workshop presencial (de 11 a 12 de abril e de 19 a 20 de maio de 2025);

Mentorias presenciais da terceira etapa do Subprograma de Desenvolvimento de Habilidades Sociocomportamentais, no período de maio a junho de 2025, contemplando as unidades SETIC, DGD/SPJ, DESPAT/SGA e SGCE;

Evento Corregedoria Day 2025, realizado no dia 6 de maio de 2025, com a temática de reforço do papel pedagógico da Corregedoria do TCE-RO na promoção da cultura institucional que repudia práticas abusivas, fomenta o respeito mútuo e promove ambientes profissionais saudáveis, éticos e colaborativos.



# INDUÇÃO PARA EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

# Indução para a efetividade de Políticas Públicas

## SAÚDE

### PROGRAMA PRÓ-SAÚDE



Painel de Geoespacialização (painel de informação da Atenção Primária à Saúde - APS).

Avaliação, Resultados e Relatório da Política de Atenção ao Pré-Natal no Estado de Rondônia.

Fluxos de protocolos de infecção urinária na gestação (finalização).



Visitas Técnicas: Laboratório Estadual de Patologia e Análises Clínicas - LEPAC/SESAU e Laboratório Central do Município de Porto Velho - LAM. Reunião Técnica do Plano Diretor da APS do Estado na Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO para 2025.

Relatórios: Política de Saúde Materno-Infantil e Política de Saúde Materno-Infantil.

**No eixo saúde as iniciativas concentraram-se no aprimoramento da Atenção Primária à Saúde - APS, com destaque para o diagnóstico da atenção ao pré-natal e a construção de fluxos e protocolos técnicos que visam qualificar**

**o cuidado materno-infantil e reduzir vulnerabilidades. O uso de dados geoespaciais e relatórios individualizados por município fortaleceu a capacidade de gestão territorial e subsidiou ações mais precisas e equitativas.**

# Indução para a efetividade de Políticas Públicas

1

ATENÇÃO  
PRIMÁRIA À  
SAÚDE  
(PAINEL DE  
GEOESPACIALIZAÇÃO)

## CONSTRUÇÃO DO PAINEL DE INFORMAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE - APS

### OBJETIVO

Espacialização de ações da Atenção Básica de Saúde no território coberto pela Unidade Básica de Saúde - UBS, permitindo o acompanhamento em tempo oportuno e a produção de informações atualizadas que revelem, de forma territorializada, onde estão sendo concentrados os esforços das equipes.

### FOCO

Produção de informações geoespaciais.

No âmbito do Projeto Pró-Gestão Saúde, o projeto-piloto do painel na Unidade Básica de Saúde - UBS Ronaldo Aragão oportunizará a aplicação de estratégias baseadas no uso de dados georreferenciados para qualificar a tomada de decisão em saúde pública.

Essa iniciativa representa um avanço importante na integração entre saúde pública e inteligência territorial, com o potencial de replicação para outras unidades de saúde e municípios do estado.

### REALIZAÇÃO

Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE-RO  
Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho - SEMUSA

## Detalhamento do Projeto Piloto de Espacialização

### Identificação de Vulnerabilidades

O projeto envolve ações voltadas à identificação dos pacientes em situação de maior vulnerabilidade, que demandam atenção prioritária, conforme os critérios de estratificação de risco recomendados para a atuação das Equipes de Saúde da Família e da Atenção Básica.

1

2

### Espacialização de Padrões

A espacialização permitirá evidenciar padrões territoriais de risco e orientar intervenções com maior precisão e eficácia.

3

### Reuniões Periódicas

Reuniões periódicas têm sido realizadas entre as equipes do TCE-RO e da Prefeitura Municipal de Porto Velho, com o objetivo de definir formalmente o escopo do projeto piloto.

4

### Acesso a Dados

Garantir o acesso às bases de dados necessárias para a extração de informações úteis e pactuar os produtos técnicos derivados da parceria.

# Indução para a efetividade de Políticas Públicas

2

## AValiação da Política Pré-Natal

### AValiação da Política de Atenção ao Pré-Natal no Estado de Rondônia

Elaboração de diagnóstico abrangente da Política de Atenção ao Pré-Natal em Rondônia, com a apresentação de uma análise detalhada das ações voltadas à saúde materno-infantil no estado.

#### OBJETIVO

Subsidiar o aprimoramento das políticas públicas a partir da identificação de falhas, desigualdades e oportunidades de intervenção.

O documento foi estruturado em seções temáticas, que inicialmente trouxe uma fundamentação teórica sobre a importância do acompanhamento pré-natal como estratégia para a prevenção de complicações durante a gestação e o parto, bem como para a promoção de desfechos mais seguros para mães e bebês. Em seguida foram apresentados e analisados indicadores relacionados ao cuidado gestacional, com base em dados oficiais da Agência Estadual de Vigilância em Saúde - Agevisa/RO.

#### Principais Indicadores Analisados

- Número de consultas pré-natal realizadas
- Idade gestacional no início do acompanhamento
- Proporção de partos entre adolescentes
- Taxa de cesáreas
- Incidência de prematuridade
- Mortalidade fetal e neonatal
- Mortalidade materna

Cada indicador identificado foi discutido a nível estadual e regional (por região de saúde), permitindo identificar as variações territoriais significativas e evidenciar populações em maior situação de vulnerabilidade.

# Indução para a efetividade de Políticas Públicas

## RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE PRÉ-NATAL



**Sem Consultas**  
Gestantes que não realizaram nenhuma consulta pré-natal em 2024



**Início Tardio**  
Gestantes que iniciaram o acompanhamento após a 12ª semana



**Cesarianas**  
Taxa de cesáreas, ultrapassando recomendações médicas

Os resultados percentuais são independentes. Por essa razão o somatório não totaliza 100%.

Apesar de alguns avanços nos últimos anos persistem desafios expressivos. A proporção de partos entre adolescentes permanece elevada em algumas regiões. Além disso, observou-se uma taxa constante de prematuridade e altos índices de óbitos neonatais evitáveis, frequentemente associados a falhas na atenção básica e na rede de atenção pré-natal.

As causas mais recorrentes de mortalidade materna e fetal continuam sendo, em sua maioria, preveníveis por meio de um sistema de atenção básica estruturado, acessível e resolutivo.

2.1

### AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PRÉ-NATAL (RESULTADOS)

#### Captação precoce

Melhoria dos processos de captação precoce de gestantes

#### Qualificação da rede

Qualificação da rede de atenção básica

#### Garantia de exames

Garantia da realização de exames e suplementações essenciais

#### Prontuário eletrônico

Adoção de instrumentos de gestão como o prontuário eletrônico unificado

Recomenda-se aos gestores da saúde a adoção de Sistemas de Informação Geográfica - SIG para o mapeamento territorial de gestantes e da cobertura dos serviços de saúde, como forma de orientar a atuação das equipes com base em evidências técnicas e critérios de equidade. A proposta elaborada pela equipe técnica visa qualificar a gestão e aprimorar a alocação de recursos.

A análise se destaca por reunir de forma sistematizada um conjunto consistente de evidências sobre a necessidade de Políticas Públicas de Pré-Natal mais eficazes, equitativas e territorialmente focalizadas.

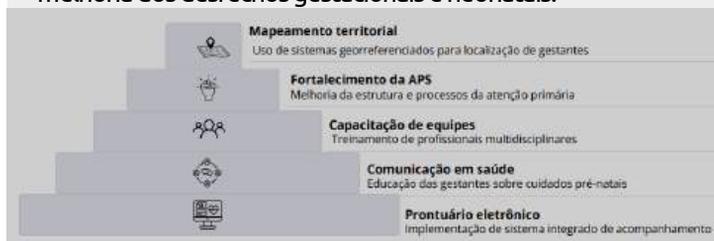
O relatório foi encaminhado à Secretaria-Geral de Controle Externo - SGCE do TCE-RO para compor a elaboração do Relatório de Contas do Estado.

# Indução para a efetividade de Políticas Públicas

## RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ATENÇÃO AO PRÉ-NATAL NOS MUNICÍPIOS

### OBJETIVO

Fornecer subsídios técnicos para o aprimoramento das ações de atenção básica local, visando à redução dos riscos e à melhoria dos desfechos gestacionais e neonatais.



2.2

AVALIAÇÃO DA  
POLÍTICA DE  
ATENÇÃO AO  
PRÉ-NATAL NOS  
MUNICÍPIOS  
(RELATÓRIO)

O relatório é individualizado para cada município dos cinquenta e dois do Estado de Rondônia com a contextualização da importância do pré-natal, destacando a sua relevância como instrumento fundamental na prevenção de complicações durante a gestação e o parto, especialmente entre populações socialmente vulneráveis.

Apresenta uma avaliação quantitativa dos principais indicadores do município, comparando-os com os dados médios do Estado de Rondônia permitindo evidenciar desigualdades intraestaduais e detectar grupos populacionais que demandam maior atenção por parte das políticas públicas.

A análise territorializada e contextualizada oferece uma base sólida para o planejamento e execução de intervenções mais eficazes.

Esse relatório se reveste de grande importância para a gestão municipal da saúde porque oferece um diagnóstico claro, técnico e territorializado da situação da Saúde Materno-Infantil no município.

Com base nesse diagnóstico, os gestores locais podem priorizar ações estratégicas que assegurem maior equidade, qualidade e integralidade nos serviços prestados às gestantes e às crianças, promovendo um cuidado mais humanizado, resolutivo e preventivo.

O documento foi encaminhado à Secretaria-Geral de Controle Externo - SGCE do TCE-RO para compor a elaboração do Relatório de Contas do Estado.

# Indução para a efetividade de Políticas Públicas

3

**INFECÇÃO  
URINÁRIA NA  
GESTAÇÃO  
(FINALIZAÇÃO DE  
FLUXOS DE PROTOCOLOS)**

## FINALIZAÇÃO DE FLUXOS REFERENTE AOS PROTOCOLOS DE INFECÇÃO URINÁRIA NA GESTAÇÃO

O protocolo se baseou no trabalho de campo realizado pelo TCE-RO no Baixo Madeira, nas unidades de saúde de Porto Velho e nos resultados prévios dos relatórios da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz/RO, conforme o Acordo de Cooperação Técnica - ACT.

Nos achados constatou-se que a urocultura hoje é inexistente no município de Porto Velho e as gestantes que conseguem fazer o fazer por conta própria no setor privado.

Os protocolos e descritivos foram desenvolvidos de forma diferenciada de acordo com o trimestre gestacional, atendendo necessidades específicas como a infecção recorrente em gestantes no segundo e terceiro trimestre gestacional.

A apresentação dos protocolos será feita à Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho - SEMUSA, juntamente com a elaboração de nota técnica para aplicação em rotina nas unidades de saúde do município. Parcerias: TCE-RO, Fiocruz-RO e Beneficência Portuguesa.

4

**LABORATÓRIO DE  
PATOLOGIA CLÍNICA  
LEPAC/RO  
(VISITA)**

## VISITA TÉCNICA AO LABORATÓRIO DE PATOLOGIA CLÍNICA DO ESTADO DE RONDÔNIA - LEPAC

### OBJETIVO

Conhecer a infraestrutura para a realização de exames de rotina e entender as demandas do laboratório, considerando as instalações de saúde especializadas do estado (hospitais estaduais). Além disso, identificar as perspectivas de realização de Acordo de Cooperação Técnica - ACT com o Município de Porto Velho/RO para realização dos exames.

O LEPAC é o primeiro laboratório da América Latina a possuir um sistema integrado automatizado, com diversos equipamentos que atendem as necessidades para a realização de exames de imunquímica, hematologia, urinálise, avaliação de hormônios, dentre outros de média e alta complexidade.

# Indução para a efetividade de Políticas Públicas

4.1

LABORATÓRIO  
CENTRAL DE PORTO  
VELHO - LAM  
(VISITA)

## VISITA TÉCNICA AO LABORATÓRIO CENTRAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - LAM

### OBJETIVO

Conhecer o espaço que foi entregue em outubro de 2024, uma vez que a oferta de exames (coleta – postos de coleta) para a Atenção Primária à Saúde - APS do município continua sendo nas unidades de saúde.

Esses exames eram processados no Centro de Especialidades Médicas Dr. Alfredo Silva - CEM, com o espaço reduzido e tendo ineficiência em muitos exames entregues à população.

O novo espaço tem o potencial para a realização de todos os exames.

No período da visita (maio de 2025), um Acordo de Cooperação Técnica - ACT com o LEPAC estava vigente sendo constatado que muitos equipamentos especializados, inclusive aquele para a realização de exames sorológicos não estavam prontos no LAM.

Observou-se que muitos aparelhos de ar-condicionado não estavam instalados e ausência de um espaço pronto para a realização das culturas bacterianas essenciais para sanar a ausência de exames simples e necessário como a urocultura.

### Pontos de Atenção

- Muitos aparelhos de ar-condicionado não estavam instalados até a presente visita
- Ausência de um espaço pronto para a realização das culturas bacterianas
- Falta de estrutura para exames essenciais como a urocultura

# Indução para a efetividade de Políticas Públicas

5

PLANO DIRETOR DA  
ATENÇÃO BÁSICA  
DA SAÚDE - APS  
(OFICINA)

## REUNIÃO TÉCNICA DO PLANO DIRETOR DA ATENÇÃO BÁSICA DA SAÚDE - APS DO ESTADO DE RONDÔNIA NA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAU

### OBJETIVO

Elaboração do Plano Diretor da APS.

Realizada no período de 12 e 16 de maio de 2025 na SESAU e coordenada pela Coordenadoria de Atenção Primária à Saúde - COAPS/SESAU. O evento contou com a participação da vice-secretária de saúde de Porto Velho.

### TEMAS ABORDADOS

- REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNO INFANTIL.
- QUALIFICAÇÃO DA PUERICULTURA.
- REDUÇÃO DE HOSPITALIZAÇÃO POR DOENÇAS PREVENÍVEIS.
- ASSISTÊNCIA A GESTANTE E AO PARTO.
- EXPANSÃO DOS CENTROS DE PARTO NORMAL.

Técnicos do Pró-Saúde fizeram apresentação do programa e do problema central que estimulou o início do projeto:

*Mortalidade materna e suas causas (hipertensão, diabetes mellitus, ITU, streptococcus agalactie).*

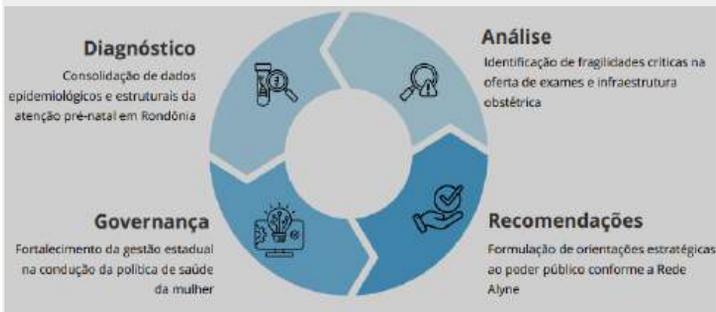
Foram apresentados os principais resultados gerados até aquela ocasião provenientes do Acordo de Cooperação Técnica com a Fiocruz/Rondônia.

O Plano Diretor atualmente está na fase de desenvolvimento, com previsão de uma apresentação prévia para agosto focado no conteúdo temático.

Parcerias: TCE-RO, Fiocruz/RO, Beneficência Portuguesa, SESAU e SEMUSA.

# Indução para a efetividade de Políticas Públicas

## DESENVOLVIMENTO DE RELATÓRIO DA POLÍTICA DE SAÚDE MATERNO-INFANTIL



6

POLÍTICA DE  
SAÚDE MATERNO-  
INFANTIL  
(RELATÓRIO)

A elaboração deste relatório no 2º trimestre de 2025 foi fundamental para consolidar o diagnóstico da Política de Atenção no Pré-Natal no Estado de Rondônia, subsidiando tecnicamente a atuação do TCE-RO na fiscalização da Política de Saúde Materno-Infantil.

O documento reúne dados epidemiológicos e estruturais que revelam fragilidades críticas na oferta de exames, infraestrutura obstétrica e equidade no acesso aos serviços, além de destacar os principais indicadores de risco para mortalidade materna e neonatal.

Trata-se de um instrumento essencial para a qualificação da gestão, o planejamento de ações corretivas e a promoção da equidade e resolutividade no cuidado às gestantes e recém-nascidos em Rondônia.

O relatório foi encaminhado à Secretaria-Geral de Controle Externo - SGCE do TCE-RO para compor a elaboração do Relatório de Contas do Estado.

# Indução para a efetividade de Políticas Públicas

## EDUCAÇÃO

### **PROGRAMA DE APRIMORAMENTO DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA, AVALIAÇÕES DIAGNÓSTICAS, COMITÊ GESTOR, CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS, RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO E EXPANSÃO DA CENTRAL ÚNICA DE VAGAS EM CRECHES**



Formações presenciais (fortalecimento das práticas pedagógicas).  
Avaliações diagnósticas PAIC (etapas e avaliações dos 2º e 3º anos).  
Comitê Gestor (reuniões).  
Visitas técnicas para o monitoramento do Sistema PAIC e acompanhamento das aprendizagens.  
Capacitação de profissionais da Educação Infantil (Implementação fortalecimento do Programa Primeiros Passos).



Objetivos da formação de supervisores e coordenadores.  
Relatório de avaliação da Política de Educação Infantil no Município.  
Expansão da Central Única de Vagas em Creche (oficina e análise espacial de dados para apoiar a elaboração dos planos de expansão).  
Avaliação da Política de Educação Infantil no município (relatório).

**No eixo educação destacaram-se a ampla mobilização para formação continuada de professores e gestores, a realização de avaliações diagnósticas**

**e o fortalecimento de práticas pedagógicas voltadas à alfabetização e educação infantil, consolidando avanços no acesso e na qualidade da aprendizagem em Rondônia.**

# Indução para a efetividade de Políticas Públicas

1

PROGRAMA DE  
APRIMORAMENTO DA  
POLÍTICA DE  
ALFABETIZAÇÃO NA  
IDADE CERTA

## FORMAÇÕES PRESENCIAIS

### FORTELECIMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

#### Professores do 1º Ano

- Leitura em voz alta sobre educação antirracista.
- Fluxo de aulas semanais e apresentação de rotina estruturada.
- Aprofundamento das habilidades de consciência fonológica e fonêmica.
- Fluência em leitura.

#### Professores do 2º Ano

- Discussão sobre matriz indígena e educação antirracista.
- Retomada de conteúdos sobre gêneros textuais e sua relação com campos de atuação.
- Análise do gênero "Relato Pessoal" e atividades para desenvolvimento da fluência em leitura.

### FORMAÇÕES ESPECÍFICAS POR GRUPO PROFISSIONAL

#### Professores do 3º Ano

Aprofundamento sobre matriz indígena e fluência leitora. Reflexão sobre trabalho sistemático com gêneros textuais e ortografização. Apresentação de estratégias para aprendizagem da ortografia e desenvolvimento do vocabulário.

#### Supervisores Pedagógicos

Atuam como mediadores entre teoria e prática nas formações dos três anos iniciais. Reflexão sobre seu papel estratégico na implementação de rotinas estruturadas e monitoramento das práticas de alfabetização.

#### Gestores Escolares

Participaram de momentos voltados ao fortalecimento da liderança pedagógica. Realizaram autoavaliações, discutiram monitoramento de resultados e analisaram perfis de leitura dos estudantes para implementação do reforço estruturado.

#### Secretários de Educação e Coordenadores

Participaram de reunião técnica sobre desafios da gestão educacional e seu papel de liderança. Atuaram em discussões sobre priorização do reforço estruturado e encaminhamentos estratégicos para políticas de alfabetização.

**PORTO VELHO** (formação de mais de 860 professores e reunião com mais de 120 profissionais para discussão sobre o percurso da formação em alfabetização).

**ARIQUEMES (Bloco I:** formação de mais de 470 profissionais, em 12 municípios).

**PIMENTA BUENO (Bloco II:** formação de mais de 750 educadores, em 13 municípios).

**JI-PARANÁ (Bloco III:** formação de mais de 650 profissionais da educação, em 11 municípios).

**VILHENA (Bloco IV:** formação de mais de 460 professores, supervisores, gestores escolares, lideranças do PAIC - RO, em 7 municípios).

**NOVA MAMORÉ e GUAJARÁ-MIRIM (Bloco V:** formação de mais de 240 servidores da rede em Nova Mamoré e Guajará-Mirim).

**SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ (Bloco VI:** formação de mais de 330 educadores, em 6 municípios).

Foram capacitados cerca de **3 MIL** profissionais dos **52** municípios do estado no período de 15 a 30 de maio, abrangendo as redes municipais e estadual de educação pública.

Essa formação é fundamental para garantir a eficácia do **Programa de Alfabetização na Idade Certa** em toda a extensão de Rondônia. Há o reconhecimento de que a conquista dos objetivos do programa depende da constante capacitação dos profissionais da educação.

## ETAPAS DA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

### APRESENTAÇÃO DO PROJETO

- Realizada em abril para Secretários de Educação dos 52 municípios, técnicos das 18 Superintendências da Rede Estadual e equipes gestoras do PAIC.

### ENCONTROS FORMATIVOS

- As lideranças do PAIC participaram de encontros destinados ao planejamento da logística e aplicação das avaliações durante os meses de maio e junho/2025 nas redes municipais.

### TREINAMENTO PARA APLICAÇÃO

- Mais de 1.500 educadores participaram do treinamento para aplicação e leitura dos cartões de resposta em junho/2025.

### SISTEMA DE CORREÇÃO DIGITAL

- Ferramenta que utiliza a visão computacional e a inteligência artificial para corrigir automaticamente as avaliações ao tirar uma foto do cartão de respostas.

**OS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO  
DIAGNÓSTICA SERÃO INSUMOS PARA AS  
FORMAÇÕES CONTINUADAS PREVISTAS  
PARA AGOSTO E SETEMBRO, SENDO  
BASILARES NO PLANEJAMENTO E  
EXECUÇÃO DOS PROCESSOS DE  
RECUPERAÇÃO DAS DEFASAGENS  
IDENTIFICADAS.**

2

**AVALIAÇÃO  
DIAGNÓSTICA**  
(ETAPAS)

# Indução para a efetividade de Políticas Públicas

3

**PAIC**  
AVALIAÇÕES  
DIAGNÓSTICAS

## AVALIAÇÕES DIAGNÓSTICAS PAIC 2º E 3º ANOS

### OBJETIVO

- Identificar habilidades ainda não consolidadas pelos alunos, para que formadores, equipes gestoras e professores possam elaborar estratégias de recomposição das aprendizagens.

### REALIZAÇÃO

No período de 16 de junho a 4 de julho/2025 contemplando mais de 30 mil estudantes matriculados no 2º e 3º ano do Ensino Fundamental em todas as redes públicas.

A primeira etapa ocorreu no mês de abril e foi realizada a apresentação do projeto aos secretários de educação de todos os municípios rondonienses, técnicos das 18 Superintendências da Rede Estadual e Equipes Gestoras do PAIC.

A avaliação foi composta por questões objetivas de Língua Portuguesa e Matemática para todas as 52 redes municipais e à rede estadual que aderiram ao Programa de Aperfeiçoamento da Política de Alfabetização na Idade Certa - PAIC.

4

**COMITÊ  
GESTOR**  
(REUNIÕES)

## REUNIÕES DE COMITÊ GESTOR

### Pautas Principais

- Acompanhamento da implementação da política de alfabetização
- Análise dos resultados alcançados e áreas que necessitam aprimoramento
- Identificação dos principais desafios enfrentados
- Busca conjunta por soluções e articulação com instituições parceiras
- Planejamento futuro e definição de ações concretas

Reuniões em que os especialistas externos do TCE-RO junto com o(a) Secretário(a) Municipal de Educação e a equipe responsável pela implementação do PAIC, analisam os principais desafios gerenciais, pedagógicos e administrativos para potencializar os resultados educacionais.

### RESULTADOS

- As reuniões se mostraram fundamentais para o alinhamento das ações entre especialistas do TCE-RO, equipes das Secretarias Municipais e Conselheiros de Contas.
- Promoveram um ambiente de troca de experiências e colaboração para busca de soluções eficazes, visando o fortalecimento das estratégias de alfabetização e a melhoria contínua dos resultados educacionais.

# Indução para a efetividade de Políticas Públicas

5

**PAIC**  
MONITORAMENTO  
E COMPANHAMENTO  
(VISITAS TÉCNICAS)

## VISITAS TÉCNICAS PARA O MONITORAMENTO DO SISTEMA PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - PAIC E ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS

### Acompanhamento das Aprendizagens

Visitas técnicas a 6 municípios até o final de abril, orientando equipes sobre utilização dos dados do sistema para acompanhar resultados e aprimorar feedback pedagógico aos professores.

### Capacitações e Treinamentos

Oferecidos aos gestores escolares durante as visitas, permitindo esclarecer dúvidas, compartilhar experiências e receber orientações específicas sobre o sistema de acompanhamento da aprendizagem.

### Melhoria da Qualidade

Iniciativa do PAIC desempenha papel crucial na melhoria da qualidade do ensino, permitindo acompanhamento do desempenho das turmas e identificação de dificuldades de aprendizagem.

## OBJETIVO

- Avaliar o ambiente educacional, verificar o cumprimento das políticas implementadas pelo PAIC e identificar áreas de melhoria. Foram observadas instalações físicas, organização das salas, interação entre professores e alunos, além da implementação de políticas e instrumentais do PAIC.

## LOCALIDADE

- Escolas de Guajará-Mirim, Campo Novo de Rondônia, Ji-Paraná, Buritys, Nova Brasilândia e Jarú.

### Ações Identificadas

- Reforço escolar para crianças abaixo do parâmetro esperado
- Atividades sobre igualdade e respeito às diferenças
- Utilização dos cadernos de alfabetização do PAIC

### Resultados das Visitas

- Discussões sobre qualidade do ensino e formação
- Articulação política com Secretários de Educação
- Estabelecimento de parcerias e alianças

# Indução para a efetividade de Políticas Públicas

6

EDUCAÇÃO  
INFANTIL  
(PROGRAMA  
PRIMEIROS  
PASSOS)

## CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

### IMPLEMENTAÇÃO E FORTALECIMENTO DO PROGRAMA PRIMEIROS PASSOS

#### REALIZAÇÃO

As ações formativas ocorreram no período de 5 a 6 de maio em Ariquemes e de 7 a 9 em Jaru, direcionadas à supervisores, gestores escolares e lideranças do programa nas redes municipais pactuadas - 2ª formação em 2025 para os blocos I e II.

#### FORMAÇÃO

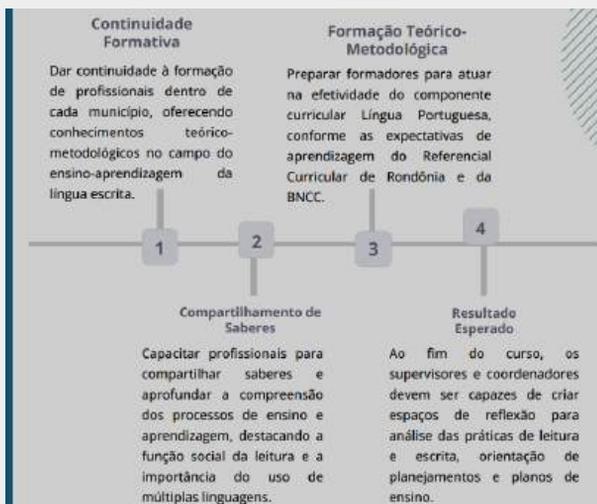
Mais de 300 profissionais capacitados.

- Novos saberes sobre fundamentos pedagógicos da educação infantil baseados na Base Nacional Comum Curricular - BNCC.
- Campos de experiências.
- Organização do trabalho pedagógico e avaliação.
- Orientações sobre: teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil (diferentes etapas do desenvolvimento cognitivo, emocional, social e físico das crianças em idade pré-escolar), a importância de um currículo integrado que contemple diferentes áreas do conhecimento de forma contextualizada e significativa para as crianças, incluindo atividades que envolvam linguagem, matemática, ciências, artes, música, movimento, e atividades sociais e emocionais.

7

FORMAÇÃO DE  
SUPERVISORES E  
COORDENADORES

## OBJETIVOS DA FORMAÇÃO DE SUPERVISORES E COORDENADORES

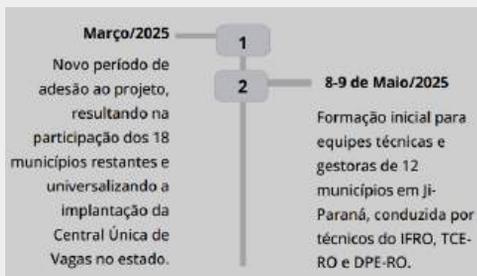


# Indução para a efetividade de Políticas Públicas

8

**VAGAS EM  
CRECHES**  
(EXPANSÃO)

## EXPANSÃO DA CENTRAL ÚNICA DE VAGAS EM CRECHE



### REALIZAÇÃO

Em 2021 o Gabinete de Articulação para Efetividade da Política da Educação - GAEPE/RO recomendou aos gestores municipais a adoção de medidas para organização transparente, equitativa e criteriosa da oferta de vagas em creches.

O TCE-RO em parceria com o Instituto Federal de Rondônia - IFRO e a Defensoria Pública do Estado - DPE/RO desenvolveu a Central Única de Vagas em Creche - sistema informatizado de gestão e alocação centralizada que proporciona maior visibilidade sobre a demanda e assegura distribuição baseada em critérios objetivos.

9

**VAGAS EM  
CRECHES**  
(OFICINAS DE  
EXPANSÃO)

## OFICINA DE EXPANSÃO DE VAGAS EM CRECHE

### REALIZAÇÃO

Coordenada pelo TCE-RO para apoiar tecnicamente as redes municipais na elaboração de programas de expansão da educação infantil, com foco na etapa creche de 0 a 3 anos.



### PÚBLICO-ALVO

As 12 Secretarias Municipais de Educação que aderiram inicialmente ao Projeto Central Única de Vagas em Creche e as Secretarias Municipais de Finanças dos respectivos municípios.

Os planos de expansão apresentados foram baseados em dados concretos e projeções realistas, que serão basilares para o planejamento do Plano Plurianual - PPA 2026–2029 das redes participantes.

# Indução para a efetividade de Políticas Públicas

10

VAGAS EM  
CRECHES  
(GEOPROCESSAMENTO)

## GEOPROCESSAMENTO PARA APOIAR O PLANEJAMENTO DA OFERTA DE VAGAS EM CRECHES

### METODOLOGIA

- Técnicas de geoprocessamento e análise espacial para apoiar o processo decisório municipal.
- Diversas bases de dados: catálogo de escolas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, registros da Central de Vagas, Cadastro Único, lista de espera, imóveis disponíveis, novas turmas, obras em andamento e terrenos aptos para construção.

### DIMENSÕES ANALISADAS

**Oferta atual:** estabelecimentos com turmas de creche.

**Demanda existente:** crianças não matriculadas e famílias vulneráveis.

**Potencial de expansão:** possibilidades reais de ampliação da rede.

A geocodificação dos dados permitiu representar espacialmente todos os pontos relevantes, gerando áreas de influência e mapas de calor que evidenciam núcleos de maior pressão por vagas.

### PRODUTO FINAL

- Mapas temáticos e análises espaciais que fornecem subsídios objetivos para os gestores municipais, estruturando decisões com base em evidências territoriais.
- Informações na oficina realizada na Escola Superior de Contas - ESCON a 12 municípios para a construção dos planos de expansão.

11

POLÍTICA DE  
EDUCAÇÃO  
INFANTIL  
(RELATÓRIO DE  
AVALIAÇÃO)

## RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO

### OBJETIVO

Avaliar o desempenho da gestão pública local na garantia do acesso à creche e pré-escola em municípios de Rondônia, baseando-se em dados oficiais e parâmetros legais da Política Nacional de Educação Infantil.

### ESTRUTURA

Apresentação articulada do contexto normativo, dados demográficos, demanda por vagas, análise da oferta de matrículas e avaliação qualitativa das práticas institucionais.

### METODOLOGIA

Análise de indicadores de matrícula, cruzamento com dados do Cadastro Único e aplicação de questionário autoavaliativo de boas práticas desenvolvido pelo TCE-RO com o GAEPE-RO.

O relatório destaca a importância da educação infantil para o desenvolvimento das crianças e a promoção da equidade social, especialmente entre famílias vulneráveis.

Apresenta o perfil demográfico municipal com ênfase na redução populacional da faixa etária de 0 a 5 anos, grau de urbanização e distribuição territorial. Transforma dados educacionais e sociais em insumos técnicos para o planejamento estratégico da rede municipal, propondo ações baseadas em evidências com metas concretas e critérios transparentes de priorização.

# Indução para a efetividade de Políticas Públicas

## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**AGENDA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ESTADO, ÍNDICE DE DESEMPENHO AMBIENTAL MUNICIPAL - IDAM, ANÁLISE DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS - UCS, PLANO PARA AGENDA POLÍTICA E COLETA DE DADOS DO CAMPO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PALMEIRAS**



Agenda do Desenvolvimento Sustentável no Estado  
(ações estratégicas desenvolvidas).  
Índice de Desempenho Ambiental Municipal - IDAM.  
Indicadores e Relatório do IDAM.



Análise da situação atual das Unidades de Conservação - UCs.  
Plano para a Agenda Política e Coleta de Dados de Campo na  
Bacia Hidrográfica do Rio Palmeiras no Município de Espigão D'Oeste.

**No eixo desenvolvimento sustentável houve avanço expressivo na agenda de governança ambiental e regularização fundiária, por meio de análises técnicas sobre unidades de conservação, aplicação do Índice de Desempenho Ambiental Municipal - IDAM e**

**articulações interinstitucionais que visam promover o uso sustentável dos recursos naturais, melhorar a gestão territorial e impulsionar políticas alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS.**

# Indução para a efetividade de Políticas Públicas

## AGENDA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ESTADO

As ações desenvolvidas demonstram o comprometimento com a agenda do desenvolvimento sustentável no Estado de Rondônia, destacando-se pela articulação interinstitucional, apoio técnico e proatividade na proposição de soluções voltadas à melhoria da gestão ambiental, fundiária e rural.

### AÇÕES ESTRATÉGICAS

#### 1 - ANÁLISE FUNDIÁRIA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS

Elaboração da análise fundiária das 49 unidades de conservação estaduais de Rondônia

##### FOCO

- Diagnóstico da titularidade das glebas.
- Ocupações irregulares.
- Situação registral e sobreposições com o Cadastro Ambiental Rural - CAR e Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF.

O relatório foi direcionado à instrução das Contas de Governo do Estado de Rondônia com o objetivo de subsidiar recomendações para regularização fundiária e governança ambiental.

#### 2 - PARTICIPAÇÃO EM REUNIÃO E ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO SOBRE O PLANO DE AÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA BACIA DO PALMEIRA

##### FOCO

- Levantamento e diagnóstico da situação dominial das propriedades rurais e urbanas.
- Aplicação de questionários in loco.
- Construção de mosaico fundiário georreferenciado.
- Proposta de plataforma de monitoramento fundiário interativa.
- Definição de cronograma técnico com etapas, responsáveis e prazos.

#### 3 - REVISÃO DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

Análise do Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável - PDES

##### FOCO

- Identificação de falhas na execução.
- Propostas de retomada da governança e estruturação das ações regionais.
- Integração das análises ao processo de apreciação das Contas de Governo.

#### 4 - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E AÇÕES INTERINSTITUCIONAIS

##### EVENTOS TÉCNICOS NACIONAIS

- Reunião Técnica do Grupo de Trabalho de Meio Ambiente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON, nos dias 12 e 13 de maio, em São Paulo/SP.
- Feira MundoGEO Connect, no período de 3 e 5 de junho de 2025, em São Paulo/SP.
- Participação no 3º Laboratório de Boas Práticas dos Tribunais de Contas, no período de 13 a 15 de maio no TCM-SP, com a produção de parecer sobre modelos inovadores - VigIA (TCE-SC).

##### COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

- Reuniões com Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental SEDAM, Secretaria Municipal de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo - SEMUR e Cartórios de Registro de Imóveis.
- Acompanhamento da formalização do Termo de Cooperação Técnica entre TJ-RO e TCE-RO, voltado à articulação institucional para a regularização fundiária.

1

AGENDA  
DO  
DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL  
(AÇÕES ESTRATÉGICAS)

# Indução para a efetividade de Políticas Públicas

2

ÍNDICE DE  
DESEMPENHO  
AMBIENTAL  
MUNICIPAL  
(IDAM)

## ÍNDICE DE DESEMPENHO AMBIENTAL MUNICIPAL - IDAM

Instrumento criado para mensurar de maneira sintética, comparável e territorializada o desempenho ambiental dos municípios.

A principal utilidade está na capacidade de orientar o planejamento e a gestão ambiental local, fornecendo subsídios objetivos para a formulação de políticas públicas mais eficazes, transparentes e territorialmente ajustadas às realidades municipais.

Permite avaliar de forma integrada diferentes dimensões da sustentabilidade ambiental no território municipal. Combina múltiplos indicadores, que vão desde a conservação de áreas naturais até o saneamento básico, passando pela degradação ambiental e o uso do solo. Dessa forma, o índice contribui não apenas para a compreensão da situação ambiental atual de um município, mas também para o monitoramento da eficácia das políticas implementadas ao longo do tempo.

### METODOLOGIA DE CÁLCULO

#### QUATRO ETAPAS PRINCIPAIS

- Seleção e categorização dos indicadores com base na relevância ambiental, disponibilidade e representatividade territorial. Cada indicador é classificado como positivo (quando seu aumento representa melhora ambiental, como a cobertura vegetal) ou negativo (quando seu aumento representa piora, como o desmatamento ou queimadas).
- Os valores dos indicadores são normalizados para uma escala de 0 a 1 permitindo sua comparação e agregação.
- A terceira etapa é a atribuição de pesos por meio da Análise de Componentes Principais - PCA, utilizando a Primeira Componente Principal - PC1 que capta a maior variabilidade dos dados e define o peso relativo de cada indicador conforme a sua importância estatística.
- O IDAM é calculado com a soma ponderada dos indicadores normalizados, resultando em um valor final entre 0 e 1, sendo que os valores mais próximos de 1 indicam melhor desempenho ambiental.

# Indução para a efetividade de Políticas Públicas

## 2.1

### IDAM (INDICADORES)

## INDICADORES DO IDAM

### CINCO GRANDES DIMENSÕES

- 1 CONSERVAÇÃO**  
Incluindo área protegida e Áreas de Preservação Permanente - APPs.
- 2 DEGRADAÇÃO**  
Dados sobre desmatamento, queimadas e antropização de APPs.
- 3 PLANEJAMENTO E USO DO TERRITÓRIO**  
Considera o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico - ZSEE e a cobertura vegetal.
- 4 SANEAMENTO BÁSICO**  
Com indicadores de acesso à água tratada, coleta e tratamento de esgoto, gestão de resíduos sólidos e drenagem urbana.
- 5 GOVERNANÇA AMBIENTAL**  
Avaliada por meio de critérios institucionais e de gestão pública - como presença de conselho, fundo e secretaria ambiental, conforme destacado no relatório do município de Alta Floresta D'Oeste.

A importância do IDAM no acompanhamento da situação ambiental dos municípios reside em sua capacidade de consolidar informações dispersas em uma ferramenta estratégica, transparente e tecnicamente fundamentada.

Viabiliza o acompanhamento do desempenho ambiental ao longo do tempo, a identificação de prioridades de intervenção, o fortalecimento da governança ambiental local e o cumprimento das metas pactuadas em políticas nacionais e internacionais, como o Acordo de Paris e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS. Ademais, ao permitir comparações entre municípios o IDAM promove maior equidade e eficiência na alocação de recursos públicos e no apoio técnico às gestões locais.

## 2.2

### IDAM (RELATÓRIO)

## RELATÓRIO DO IDAM

O relatório é individualizado para cada município dos cinquenta e dois do Estado de Rondônia.

### OBJETIVO

Aplicar o Índice/IDAM como instrumento de avaliação da gestão ambiental local. Estruturado em seções que abordam o contexto das mudanças climáticas, as competências legais dos municípios, o perfil territorial e socioeconômico e as cinco dimensões que compõem o IDAM (conservação, degradação, uso do território, saneamento básico e governança ambiental).

### ELABORAÇÃO

Foram utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Censo Agropecuário, produção agrícola municipal, Zoneamento Socioeconômico-Ecológico de Rondônia, além de outras fontes de informações geoespaciais.

A aplicação do IDAM revelou os principais gargalos ambientais e pode servir de base para o aprimoramento das políticas públicas locais, promovendo maior resiliência às mudanças climáticas e transparência na gestão territorial.

Foram descritas recomendações de ações para que o gestor municipal enfrente os principais problemas identificados. Os relatórios individuais do IDAM foram encaminhados à Secretaria Geral de Controle Externo - SGCE do TCE-RO para compor a elaboração do Relatório de Contas do Estado.

# Indução para a efetividade de Políticas Públicas

## ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS

### RESULTADO

Relatório técnico com a apresentação de diagnóstico abrangente sobre a situação geral dessas unidades.

### OBJETIVO PRINCIPAL

Avaliação do estágio de implementação das UCs e os obstáculos enfrentados para que elas cumpram sua função de proteção ambiental, uso sustentável dos recursos naturais e preservação da biodiversidade.

### ANÁLISE

Com base em fontes institucionais e dados geoespaciais o relatório abordou a situação jurídica, fundiária, administrativa e ecológica das unidades atualmente sob gestão do estado distribuídas entre as categorias de proteção integral e de uso sustentável, contemplando inicialmente uma introdução que contextualiza a importância das UCs à luz do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC e da legislação ambiental brasileira. Na sequência apresentou um panorama geral da distribuição espacial e tipológica das unidades, abordando suas categorias, áreas abrangidas e inserção territorial nos municípios do estado.

Um capítulo específico foi dedicado à situação jurídico-fundiária, no qual se evidenciou a ausência de domínio público constituído em grande parte das unidades. Além da existência de sobreposições com glebas federais ainda não destinadas e propriedades privadas não indenizadas. Inclusive analisou a fragilidade institucional da gestão das UCs, marcada pela escassez de equipes técnicas permanentes, ausência de conselhos deliberativos e inexistência de planos de manejo atualizados ou elaborados.

3

UNIDADES DE  
CONSERVAÇÃO  
ESTADUAIS  
(UCs)

### DESAFIOS



Destaca-se a baixa efetividade na conservação dos recursos naturais evidenciada pela presença de atividades agropecuárias ilegais, desmatamento e outros impactos ambientais dentro dos limites das unidades, demonstrando o descumprimento sistemático dos objetivos legais dessas áreas protegidas.

Por fim, a análise reforça que sem ações coordenadas e investimentos públicos voltados à regularização fundiária, ao fortalecimento da gestão e à implementação de instrumentos de planejamento e participação social as UCs de Rondônia continuarão sendo apenas figuras normativas, sem a efetiva capacidade de proteger os recursos ambientais e garantir os serviços ecossistêmicos que sustentam o bem-estar das populações locais e regionais.

O relatório é um importante insumo técnico para a formulação de estratégias estaduais de conservação, ordenamento territorial e desenvolvimento sustentável. O relatório foi encaminhado à Secretaria Geral de Controle Externo - SGCE do TCE-RO para compor a elaboração do Relatório de Contas do Estado.

# Indução para a efetividade de Políticas Públicas

4

**AGENDA POLÍTICA  
E COLETA DE  
DADOS**  
(BACIA HIDROGRÁFICA  
DO RIO PALMEIRAS)

## PLANO PARA A AGENDA POLÍTICA E COLETA DE DADOS DE CAMPO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PALMEIRAS NO MUNICÍPIO DE ESPIGÃO D'OESTE

A elaboração do planejamento da agenda ocorreu em razão da aprovação do Conselho Superior de Administração - CSA do TCE-RO para a realização do Projeto Desenvolvimento Regional Sustentável.

### OBJETIVO

Descrever o plano de mobilização institucional, a articulação política e o teste de ferramentas de campo para a coleta de dados e definição da linha de base do projeto.

### PREVISÃO PARA A EXECUÇÃO DAS AÇÕES

De 21 a 25 de julho 2025.

### ELABORAÇÃO

Essa etapa inicial é estratégica para viabilizar a execução técnica e financeira do programa, integrando sustentabilidade ambiental, geração de renda e segurança hídrica. Estruturado com o detalhamento da agenda política, entrevistas com produtores e produtos esperados e a programação de reuniões com representantes da Prefeitura, vereadores, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, associações e outras lideranças locais.

### PARTICIPAÇÃO

- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
- Universidade Federal de Rondônia - UNIR
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM
- Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI
- Ministério Público do Estado - MPE/RO
- Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM
- Federação das Indústrias do Estado de Rondônia - FIERO
- Comitê de Bacia Hidrográfica

### AÇÕES

Mapear o apoio político, identificar lideranças comunitárias, avaliar a estrutura técnica disponível e definir critérios para a futura implementação de instrumentos: Pagamento por Serviços Ambientais - PSA, recuperação de áreas degradadas e regularização fundiária.

Este trabalho de campo representa uma fase fundamental do projeto porque estabelece as bases para o desenvolvimento de ações coordenadas de caráter técnico, institucional e territorial, voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável da bacia hidrográfica e da região como um todo.



# **GESTÃO DE PESSOAS**

# Gestão de Pessoas

## Força de Trabalho

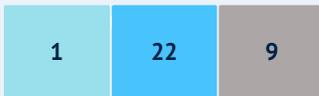


O TCE-RO possui 609 colaboradores ativos - entre efetivos, comissionados, bolsistas e estagiários de nível superior e de pós-graduação.

Desse total, 3 estão cedidos para outros órgãos e 4 afastados sem remuneração.

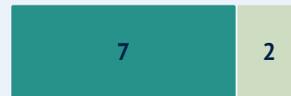
NESTE TRIMESTRE  
HOVE  
32 ADMISSÕES,  
9 EXONERAÇÕES E  
25 DESLIGAMENTOS.

### 32 admitidos



Cedidos para o TCE-RO (1), comissionados (22) e estagiários(9).

### 9 exonerados



Comissionados (7) e efetivos (2).

### 25 desligados



Estagiários (18), bolsistas (6) e cedidos (1).

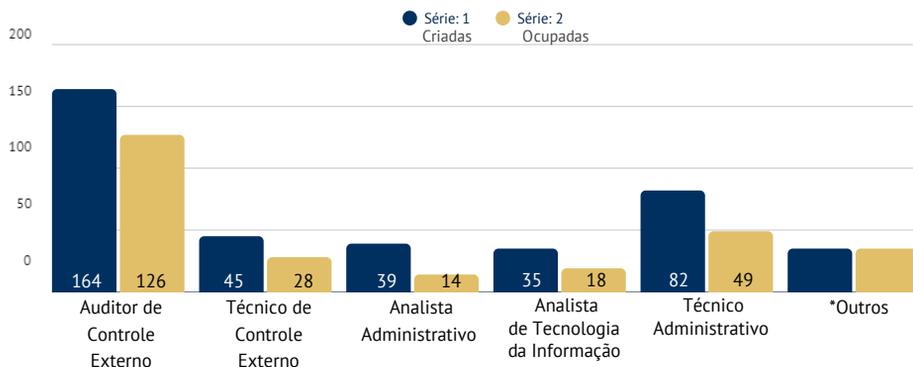
Fonte: Departamento de Administração, Seleção e Desenvolvimento de Pessoal - DASP/SEGESP.

# Gestão de Pessoas

## Cargos Efetivos Ocupados

A relação quantidade de vagas previstas em lei e ocupadas está representada no gráfico abaixo.

Gráfico 12 – Vagas criadas x ocupadas referente ao quadro de servidores efetivos.

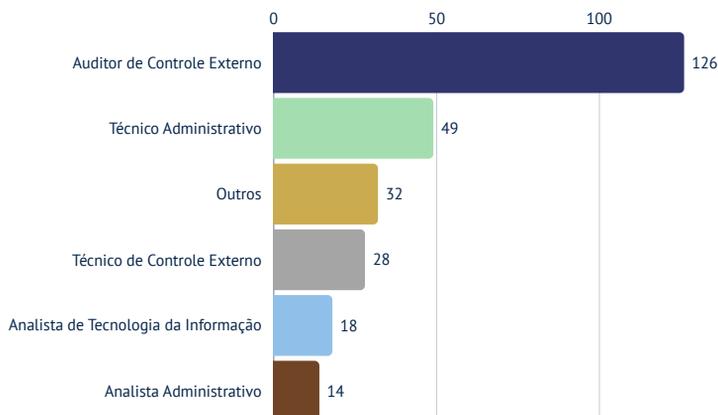


Em extinção: (\*).

Fonte: Departamento de Administração, Seleção e Desenvolvimento de Pessoal - DASP/SEGESP.

Abaixo, o gráfico mostra a proporção de cargos efetivos ocupados, considerando todas as carreiras.

Gráfico 13 - Proporção de cargos efetivos ocupados x carreira.



Fonte: Departamento de Administração, Seleção e Desenvolvimento de Pessoal - DASP/SEGESP.

## Gestão de Pessoas

### Ações Educacionais



**514** Ações Educacionais

**5.745 h/a (horas-aula)**

**3.122 certificações**

A Escola Superior de Contas Conselheiro José Renato da Frota Uchôa disponibilizou 514 ações educacionais aos servidores do TCE-RO e jurisdicionados, tanto ofertadas diretamente em sua unidade, quanto ofertadas por parceiros contratados.

Essas ações totalizaram o equivalente a 5.745h/a (horas-aula) de estudo, permitindo a efetiva certificação de 3.122, entre servidores e jurisdicionados.

**51**

**Ações de capacitações ofertadas diretamente pela Escola Superior de Contas**

**463**

**Ações de capacitação ofertadas por parceiros contratados**

**69**

**AÇÕES DE IMPACTO EXTERNO**

Foco: efetividade das políticas públicas (64) e integridade (5).

**445**

**AÇÕES DE IMPACTO INTERNO**

Foco: cultura de decisões baseadas em evidências (54), fortalecimento da integridade e gestão de riscos (2) e valorização e desenvolvimento de servidores (389).

O alinhamento estratégico entre os impactos interno e externo no TCE-RO cria uma sinergia fundamental, onde o desenvolvimento institucional potencializa diretamente a capacidade de transformação externa.

Neste contexto, as ações educacionais emergem como elemento integrador crítico, fortalecendo competências técnicas dos servidores e disseminando conhecimento aos jurisdicionados através de programas e iniciativas de capacitação em gestão pública.

### Ações Educacionais

# excelência da gestão pública

**27**  
**EVENTOS**

Com a formação adequada, espera-se que a implementação de políticas públicas seja mais eficaz e que atenda às necessidades da população.

**814 horas-aula**  
**1.477 certificações**

**NOS EVENTOS REALIZADOS SOBRE A TEMÁTICA, OS PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS FORAM:**



**As ações desenvolvidas pelo TCE-RO visam não apenas a capacitação dos servidores, mas também a promoção da excelência na gestão pública.**

# Gestão de Pessoas

## Ações Educacionais

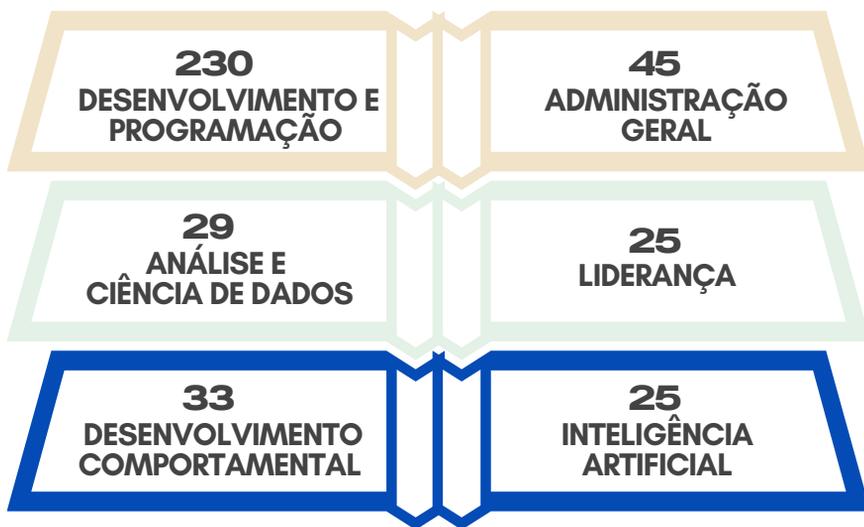
### servidor

**487**  
**EVENTOS**

Valorização  
e  
Desenvolvimento.

**4.931 horas-aula**  
**1.645 certificações**

**NOS EVENTOS REALIZADOS SOBRE A TEMÁTICA, OS PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS FORAM:**



**A formação continuada é incentivada para que os profissionais possam se atualizar constantemente e aprimorar suas competências, garantindo assim um serviço público de qualidade.**



# GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

# Gestão de Orçamentária

## Receita Orçamentária

A Lei nº 5.982, de 29 de janeiro de 2025 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2025) consignou ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) o montante de R\$ 313.953.488,00, distribuído nas duas unidades gestoras, conforme demonstrado na tabela na sequência:

Unidade Gestora	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
020001 - Tribunal de Contas	1500	276.803.322,00
	1800	32.013.166,00
020011 - Fundo de Desenvolvimento Institucional	1759	5.137.000,00
TOTAL		313.953.488,00



# Gestão de Orçamentária

## Execução LOA - 2025 (UG. Tribunal de Contas)

A Lei Orçamentária Anual - LOA 2025 consignou ao TCE-RO R\$ 308.816.488,00 (trezentos e oito milhões, oitocentos e dezesseis mil, e quatrocentos e oitenta e oito reais), incluindo o orçamento fiscal e da seguridade social. Em comparação com o exercício anterior - 2024 houve um aumento de R\$ 12.590.983,00 (doze milhões, quinhentos e noventa mil, e novecentos e oitenta e três reais) na dotação orçamentária, representando um percentual de aproximadamente 4,25%.

O valor total empenhado acumulado é de R\$ 164.009.341,32 (cento e sessenta e quatro milhões, nove mil, trezentos e quarenta e um reais e trinta e dois centavos) e o valor liquidado total acumulado é de R\$ 127.948.186,72 (cento e vinte e sete milhões, novecentos e quarenta e oito mil, cento e oitenta e seis reais e setenta e dois centavos), representando respectivamente 53,11% e 41,43% do total da dotação orçamentária na LOA.

Já em relação à performance da execução das dotações, as despesas empenhadas aumentaram 11,56% e as liquidadas aumentaram 13,06%, conforme o gráfico comparativo abaixo.

Gráfico 14 - Execução LOA 2024 x 2025.



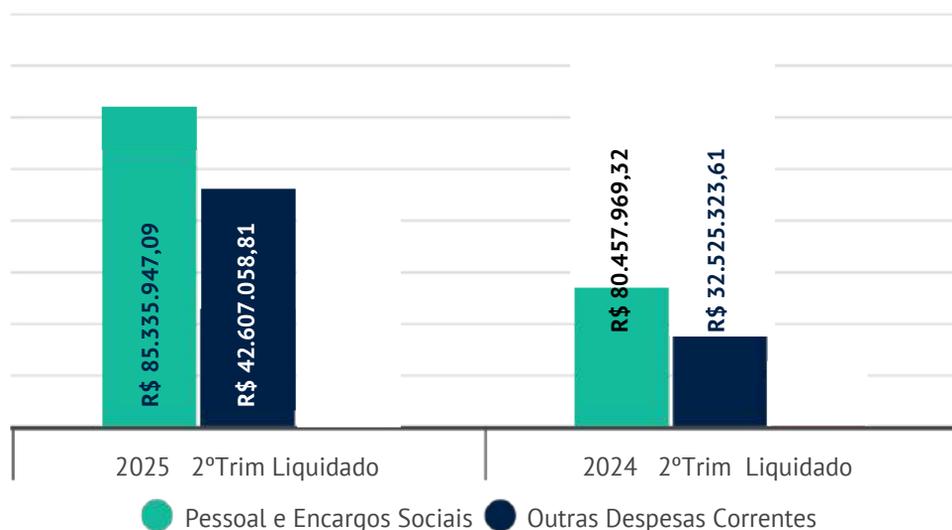
Fonte: Secretaria Executiva de Finanças, Contabilidade e Execução Orçamentária - SEFIC.

# Gestão de Orçamentária

## Execução por Categoria Econômica

A maior despesa do TCE-RO é com pessoal e encargos sociais. O valor empenhado acumulado para estas despesas somam **R\$ 85.359.037,69** (oitenta e cinco milhões, trezentos e trinta e cinco mil, novecentos e quarenta e sete reais e nove centavos), sendo liquidado **R\$ 85.335.947,09** correspondendo a **99,97%** do total empenhado.

Gráfico 15 - Execução por categoria econômica.



Fonte: Secretaria Executiva de Finanças, Contabilidade e Execução Orçamentária - SEFIC.



# Gestão Orçamentária

## Execução por Categoria Econômica

Em relação às categorias econômicas da despesa o TCE-RO empenhou R\$ 158.575.147,27 (cento e cinquenta e oito milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, cento e quarenta e sete reais e vinte e sete centavos) referente a despesa corrente. Desse montante, R\$ 85.359.037,69 (oitenta e cinco milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, trinta e sete reais e sessenta e nove centavos) foram destinados ao custeio de pessoal e encargos sociais, e R\$ 73.216.109,58 (setenta e três milhões, duzentos e dezesseis mil, cento e nove reais e cinquenta e oito centavos) para outras despesas correntes. Já para a categoria econômica despesas de capital foram empenhados o montante de R\$ 5.434.194,05 (cinco milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, cento e noventa e quatro reais e cinco centavos).



## Execução por Restos a Pagar

O saldo total dos restos a pagar não processados para o exercício de 2025 foram de R\$ 3.960.812,09 (três milhões, novecentos e sessenta mil, oitocentos e doze reais e nove centavos). Desse total, foram pagos R\$ 2.983.395,04 (dois milhões, novecentos e oitenta e três mil, trezentos e noventa e cinco reais e quatro centavos) e cancelados R\$ 21.410,69 (vinte e um mil, quatrocentos e dez reais e sessenta e nove centavos), restando o saldo a pagar no valor de R\$ 956.006,36 (novecentos e cinquenta e seis mil, seis reais e trinta e seis centavos). Os restos a pagar processados inscritos em 2025, foram de R\$ 393.819,09 (trezentos e noventa e três mil, oitocentos e dezenove reais e nove centavos), sendo 100% pagos.

# Gestão Orçamentária

## Limite de Gastos com Pessoal

Seguem os dados dos últimos três quadrimestres, referentes ao período maio de 2024 a abril de 2025. Neles é possível verificar que o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia respeitou os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), sendo que os valores **gastos com pessoal** se situaram em **R\$ 115.735.498,51 (cento e quinze milhões, setecentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e noventa e oito reais e cinquenta e um centavos)** e a **Receita Corrente Líquida - RCL Ajustada** do Estado de Rondônia no valor de **R\$ 14.631.654.010,74 (quatorze bilhões, seiscentos e trinta e um milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, dez reais e setenta e quatro centavos)**, ou seja, significando 0,79% nessa relação.

Esse comportamento das despesas com pessoal com relação à RCL vem sendo observado ao longo dos 3 últimos quadrimestres, o que indica que o TCE-RO está, rigorosamente, obedecendo aos ditames da LRF em seu Art. 20 e Incisos, conforme se observa a seguir:

### Gastos com Pessoal nos últimos 3 quadrimestre

1º Quad./2025	03	0,79	R\$ 115.735.498,51 - Gasto com Pessoal R\$ 14.631.654.010,74 - RCL
3º Quad./2024	02	0,81	R\$ 114.743.295,45 - Gasto com Pessoal R\$ 14.190.334.424,14 - RCL
2º Quad./2024	01	0,80	R\$ 110.177.207,68 - Gasto com Pessoal R\$ 13.715.017.261,99 - RCL

Limite Máximo **1,04**

Limite Prudencial **0,99**

Limite Alerta **0,94**

# Gestão Orçamentária

## Execução LOA - 2025 (UG. Fundo de Desenvolvimento Institucional)

A Lei Orçamentária Anual - LOA 2025 consignou ao Fundo de Desenvolvimento Institucional - FDI/TCERO R\$ 5.137.000,00 (cinco milhões e cento e trinta e sete mil reais). Em comparação com o exercício anterior (2024) houve um aumento de R\$ 348.000,00 (trezentos e quarenta e oito mil reais) na dotação orçamentária, representando um percentual de aproximadamente 7,27% de incremento de um exercício para o outro. As informações apresentadas não estão considerando a abertura de crédito adicional. O valor total empenhado acumulado é de R\$ 2.922.378,75 (dois milhões, novecentos e vinte e dois mil, trezentos e setenta e oito reais e setenta e cinco centavos) e o valor liquidado acumulado foi de R\$ 1.486.303,62 (um milhão, quatrocentos e oitenta e seis mil, trezentos e três reais e sessenta e dois centavos), representando respectivamente 56,89% e 28,93% do total da dotação orçamentária na LOA. Já em relação à performance da execução das dotações, as despesas empenhadas aumentaram aproximadamente 852,75% e as liquidadas em torno de 484,24%.

Gráfico 16 - Execução LOA 2024 x 2025 (FDI).



Fonte: Secretaria Executiva de Finanças, Contabilidade e Execução Orçamentária - SEFIC.

## Execução por Categoria Econômica

Em relação às categorias econômicas da despesa o FDI/TCE-RO empenhou R\$ 2.906.725,76 (dois milhões, novecentos e seis mil, setecentos e vinte e cinco reais e setenta e seis centavos) referente a outras despesas correntes e R\$ 15.652,99 (quinze mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e noventa e nove centavos) referente a investimentos.

